

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL**

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE – AL**

**PROGRAMA AMIGO DE VALOR
RELATÓRIO DA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA
SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES**

**Campo Alegre, Alagoas
Novembro 2024**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL**

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE – AL
PROGRAMA AMIGO DE VALOR**

REALIZAÇÃO:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Campo Alegre, Estado de Alagoas, Brasil.

Assessoria técnica do diagnóstico, pesquisa, coleta e análise de dados:

Wéliton Nunes Vasconcelos

Diagnóstico, Pesquisa, Coleta e Análise de Dados:

Luiz Inácio Ferreira Júnior
Jaciara da Silva Monteiro

COLABORAÇÃO:

Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Tutelar

Farol Consultoria e Gestão Social LDTA/ME

Endereço: Rua Clarice Baeta, 85, Lot. Lula Beltrão, Bairro Tércio Wanderley, Coruripe, Alagoas

CNPJ: 24.406.062/0001-66 **Contato:** +55 82 99974-0827

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Sumário

Apresentação

Elaboração do Diagnóstico

- a) Objetivos;
- b) Estratégias metodológicas;
- c) Responsáveis pela coleta de informações;
- d) Tratamento dos dados.

Etapas

- Etapa 1: Formulação de um quadro de referência;
- Etapa 2: Identificação dos problemas e violações e situação do SGDCA;
- Etapa 3: Formulação de propostas de ação para o fortalecimento do SGDCA.

Apêndices

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social
CRIA - Programa Criança Alagoana
CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMEB - Escola Municipal de Educação Básica
ESF - Estratégia de Saúde da Família
FMAS - Fundo Municipal de Assistência social
FMS - Fundo Municipal de Saúde
FUNDEB - Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE - instituto Brasileiro de Geografia e estatística
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
ME - Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
NUCA - Núcleo de Cidadania dos Adolescentes
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PME - Plano Municipal de Educação
PMIA - Plano Municipal para Infância e a Adolescência
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPAC - Programa Prefeito Amigo da Criança
PSE - Programa Saúde na Escola
PSE- Proteção Social Especial
RMA - Registro Mensal de Atendimento
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SMASDC - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direito à Cidadania.
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SIPIA - Sistema de Informação para Infância e Adolescência

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL**

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Apresentação

O Programa Amigo de Valor, através das oficinas de capacitação e do GUIA CONHECER PARA TRANSFORMAR¹, possibilitou no ano de 2014 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – de Campo Alegre/AL, estabelecer um processo permanente de descoberta dos problemas e das potencialidades da realidade local e de proposição de ações que, uma vez implantadas, tragam avanços efetivos na proteção integral das crianças e adolescentes, denominado DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA REALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

A metodologia proposta está voltada a estimular os atores locais a conduzir o processo de conhecimento da realidade que deverá subsidiar o planejamento da política de atendimento. Para tanto, estimula o diálogo colaborativo, a análise conjunta da realidade e o compartilhamento das decisões sobre as prioridades locais, onde o ponto de chegada é a formulação de propostas de melhoria da qualidade do atendimento prestado para crianças e adolescentes através de diretrizes e ações postas no Plano de Ação Municipal, os quais devem ser inseridos no orçamento municipal e executados para desencadear transformações significativas na qualidade de vida das crianças e adolescentes. Essa perspectiva procura refletir o espírito participativo contido no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Encerrado este ciclo de diagnóstico e planejamento, um novo ciclo anual será iniciado com o acompanhamento e monitoramento da execução dos programas de trabalho gerados a partir do diagnóstico.

Por estas razões o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com o patrocínio do Programa Amigo de Valor e o apoio técnico da Farol Consultoria, realizou a atualização do Diagnóstico Municipal da Realidade da Criança e do Adolescente” do município de Campo Alegre, que mediante novo processo concluído em dezembro de 2024, materializando os resultados neste Relatório Final.

Com a presente iniciativa, pretende-se dar publicidade às informações coletadas que compõem o Diagnóstico e possibilitar o CMDCA apresentar novas propostas de intervenção sócio institucional.

Dezembro de 2024, Campo Alegre, Alagoas

¹ Fonte: Guia para Diagnóstico e Formulação da Política Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Elaboração do Diagnóstico

A elaboração de um diagnóstico é sempre necessária para se ter elementos que permitam a compreensão de uma realidade quando se pretende nela intervir. Ele se propõe a apresentar com mais detalhamento as nuances de um determinado problema.

O diagnóstico é um **procedimento** que leva a **identificação** e a **compreensão** de um **problema** com o objetivo de se traçar uma **estratégia de ação**. É um momento de sensibilização e articulação com a comunidade, de travar conhecimento com a situação a qual pretende trabalhar. As ações devem ser escolhidas a partir dos resultados do diagnóstico. (RIZZINI et al, 1999, p. 18)

Por tal razão, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão que tem entre seus objetivos, o papel de agente fomentador do reordenamento da política de atendimento à criança e ao adolescente no município de Campo Alegre, e com base nos itens acima expostos, realiza este projeto como forma de constituir um instrumento que sirva de alicerce para a elaboração de propostas, planos e programas que visem à melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente do nosso município.

a) Objetivos

O Diagnóstico, portanto, assume a característica de se obter uma visão panorâmica tanto sobre a realidade de violação de direitos a que são submetidas às crianças e adolescentes e o Sistema de Atendimento, concluindo com a proposição de ações que efetivem o reordenamento jurídico institucional previsto no art. 259, parágrafo único do ECA.

b) Estratégias Metodológicas

As estratégias diretas de coleta de dados constituíram-se basicamente na obtenção de informações feitas mediante entrevistas, aplicação de questionários e visitas:

1. Pesquisa nas bases de informações oficiais enquanto estratégias indiretas que permitiram a coleta de informações já sistematizadas e disponíveis junto a órgãos públicos e sistemas de informação. Esses dados foram levantados junto a(o):

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

- a) Secretarias e órgãos municipais;
- b) Sistemas DATASUS e CENSO ESCOLAR;
- c) Censo/2022 – IBGE;
- d) IDI – UNICEF;
- e) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IBGE;
- f) Observatório Criança e Adolescente.

2. Levantamento quantitativo de informações junto aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar e CREAS), a respeito das situações de violência e violações de direitos infanto juvenis;

3. Dados constantes nos Planos Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

c) Entraves e Obstáculos Enfrentados

Na realização dos trabalhos nos deparamos com alguns entraves, em sua maior parte relacionadas com o registro e análises de informações de atendimento. Podemos elencar:

- a) Tempo prolongado para a conclusão do processo de contratação de assessoria devido ao ano eleitoral.
- b) Inexistência de um processo de monitoramento e compartilhamento de dados de violação de direitos contra crianças e adolescentes nos moldes da Lei 13.431/2017.
- c) Ausência de dados atualizados do Censo IBGE 2022.

d) Etapas

Para alcançar essa meta o município deverá percorrer **03 etapas**.

Etapas 1: Formulação de um quadro de referência orientador do diagnóstico;

Etapas 2: Identificação dos problemas e violações que atingem as crianças e adolescentes e da situação do sistema de garantia de direitos no município;

Etapas 3: Formulação de propostas de ação para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes no município.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Descrição e Análise das Etapas

ETAPA 1: FORMULAÇÃO DE UM QUADRO DE REFERÊNCIA ORIENTADOR DO DIAGNÓSTICO

Nessa etapa, se organizou um quadro de informações que ofereçam uma visão preliminar sobre o perfil do município, suas diferenças territoriais e instituições de proteção especial. Ao mesmo tempo, se buscou indicadores básicos que apontem a ocorrência de violações dos direitos das crianças e adolescentes e levantará hipóteses sobre a capacidade da rede de atendimento para enfrentar essas violações.

Dados do Censo IBGE 2022

Campo Alegre	
Prefeito	NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA [2021]
Gentílico	campo-alegrense
Área Territorial	312,726 km² [2022]
População residente	32.106 pessoas [2022]
Densidade demográfica	102,66 hab/km² [2022]
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal ²	0,570 [2010]
Mortalidade infantil ³	10,16 óbitos por mil nascidos vivos [2022]
Total de receitas brutas realizadas	240.404.381,63 R\$ [2023]
Total de despesas brutas empenhadas	251.030.458,90 R\$ [2023]
PIB per capita	12.667 R\$ [2021]

População

Em 2022, a população era de 32.106 habitantes e a densidade demográfica era de 102,66 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 17 e 28 de 102. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1042 e 752 de 5570.

² IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

³ Mortalidade infantil: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2022

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

População no último censo [2022]	32.106 pessoas
População estimada [2024]	32.714 pessoas
Densidade demográfica [2022]	102,66 habitante por quilômetro quadrado

População estimada de crianças e adolescentes distribuídas por faixas etárias (2024)

Faixa Etária	Total	%
0 a 03 anos	1.976	6,04
04 a 05 anos	1.005	3,07
06 a 14 anos	4.822	14,73
15 a 17 anos	1.825	5,57
Crianças e adolescentes (0 a 17 anos)	9.628	29,43
0 a 18 anos	10.276	31,41
População total	32.714	100

Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia> (2024)

Segundo Observatório Criança e Adolescente, tomando como base os dados de estimativa da população em 2024, crianças e adolescentes compõem 29,43% da população total do município de campo Alegre/AL, em números absolutos são 9.628. Praticamente 15% da população do município se concentra na faixa etária de 6 a 14 anos.

População estimada de crianças e adolescentes – Censos 1991, 2000 e 2010

População de crianças e adolescentes									
Município	1991			2000			2021		
				0 a 17	0 a 11	12 a 17	0 a 17	0 a 11	12 a 17
Campo Alegre				45,93	30,59	15,34	38,45	26,00	12,45

Implicações que o tamanho da população de crianças e adolescentes do município (e a eventual redução dessa população ao longo do tempo), nas diferentes faixas etárias.

Como foi possível observar, houve uma diminuição da população de crianças e adolescentes em relação aos anos de 2000 a 2022, hipoteticamente poderia se pensar na

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

qualificação dos serviços ofertados a este público quanto a orientação quanto ao controle de natalidade. Assim como voltar o olhar para pesquisa no sentido da queda da taxa de fertilidade das mulheres, como também o aumento da taxa da perspectiva de vida, podendo assim entender se há uma maior diluição da população jovem no município. Ainda, devem ser observados aspectos sócio culturais que levam a mulheres/famílias optarem por um número cada vez menor de filhos.

Território

Em 2022, a área do município era de 312,726 km², o que o coloca na posição 38 de 102 entre os municípios do estado e 3350 de 5570 entre todos os municípios.

Área da unidade territorial [2022]	312,726 km ²
Hierarquia urbana [2018]	Centro Local (5)
Região de Influência [2018]	Arapiraca - Capital Regional C (2C)
Região intermediária [2021]	Maceió
Região imediata [2021]	São Miguel dos Campos
Mesorregião [2021]	Leste Alagoano
Microrregião [2021]	São Miguel dos Campos

Economia / Trabalho em Renda

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 12.667. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 77 de 102 entre os municípios do estado e na 4216 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 90,15%, o que o colocava na posição 33 de 102 entre os municípios do estado e na 1900 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 240.404.381,63 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 251.030.458,9 (x1000). Isso deixa o município nas posições 13 e 13 de 102 entre os municípios do estado e na 713 e 655 de 5570 entre todos os municípios.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]	1,9 salários mínimos
Pessoal ocupado [2022]	6.185 pessoas
População ocupada [2022]	19,26 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	52,5 %

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Meio Ambiente

Apresenta 24% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 33,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 17,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 32 de 102, 90 de 102 e 25 de 102, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3407 de 5570, 4758 de 5570 e 2085 de 5570, respectivamente.

Área urbanizada [2019]	5,99 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	24 %
Arborização de vias públicas [2010]	33,5 %
Urbanização de vias públicas [2010]	17,2 %
População exposta ao risco [2010]	Sem dados
Bioma [2019]	Mata Atlântica

Educação

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 91,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 97 de 102. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 5436 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 7,3 e para os anos finais, de 6,1. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 11 e 8 de 102. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 199 e 98 de 5570.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	91,1 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	7,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	6,1
Matrículas no ensino fundamental [2023]	4.729 matrículas
Matrículas no ensino médio [2023]	1.244 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2023]	232 docentes
Docentes no ensino médio [2023]	75 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]	14 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]	3 escolas

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - 2023

Ensino fundamental	
Anos iniciais	
Pública	7,3
Anos finais	
Pública	6,1

Saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10,16 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 37,4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 69 de 102 e 8 de 102, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3000 de 5570 e 1205 de 5570, respectivamente.

Mortalidade Infantil [2022]	10,16 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia pelo SUS [2022]	37,4 internações por 100 mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	10 estabelecimentos

Atlas do Desenvolvimento Humano

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro. Os dados foram baseados nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e contemplam os estados e municípios. Recentemente foram divulgados valores do IDHM para o período 2012-2017 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE. Porém, contemplam somente os Estados, Regiões Metropolitanas (RM) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs).

Índice de desenvolvimento do município

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da ONU. O IDH varia em uma escala que

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

As dimensões que constituem o IDH são:

Renda: Padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita;

Saúde/Longevidade: Vida saudável e longa medida pela expectativa de vida; e

Educação: Acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar.

O Brasil, conforme relatório de Desenvolvimento Humano 2020 (com base nos dados de 2019), possui IDH de 0,765, encontra-se portanto, na faixa de alto desenvolvimento. O valor do índice cresceu em relação a 2018, no entanto caiu cinco posições no ranking, ocupando o 84º lugar entre os 189 países e territórios reconhecidos pela ONU.

Evolução do Índices de Desenvolvimento Municipal entre 1991, 2000 e 2010 e comparação com municípios na mesorregião

<u>Município</u>	<u>IDH-M 1991</u>	<u>IDH-M 2000</u>	<u>IDH-M 2010</u>
<u>Anadia</u>	<u>0,302</u>	<u>0,428</u>	<u>0,568</u>
<u>Arapiraca</u>	<u>0,359</u>	<u>0,476</u>	<u>0,649</u>
<u>Campo Alegre</u>	<u>0,292</u>	<u>0,393</u>	<u>0,570</u>
<u>Junqueiro</u>	<u>0,281</u>	<u>0,426</u>	<u>0,575</u>
<u>Limoeiro de Anadia</u>	<u>0,214</u>	<u>0,369</u>	<u>0,580</u>
<u>São Miguel dos Campos</u>	<u>0,365</u>	<u>0,506</u>	<u>0,623</u>
<u>Teotônio Vilela</u>	<u>0,253</u>	<u>0,398</u>	<u>0,564</u>

O IDHM do município - Campo Alegre - apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, enquanto o IDHM da UF - Alagoas - passou de 0,471 para 0,631. Neste período, a evolução do índice foi de 45,04% no município, e 33,97% na UF.

Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração 11,75%, o IDHM Educação apresentou alteração 141,03% e IDHM Renda apresentou alteração 13,46%

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Em 2010, o IDHM do município - Campo Alegre - ocupava a 4841ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 40ª posição entre os municípios de seu estado (UF).

IDHM e seus indicadores no município de Campo Alegre/AL 2000 e 2010

Indicadores	Total	Total
	2000	2010
IDHM	0,393	0,570
IDHM Educação	0,195	0,470
% de 18 anos ou mais de idade...	13,48	35,80
% de 4 a 5 anos na escola	32,97	62,69
% de 11 a 13 anos de idade n...	33,51	77,94
% de 15 a 17 anos de idade c...	10,00	41,02
% de 18 a 20 anos de idade c...	2,46	18,94
IDHM Longevidade	0,664	0,742
Esperança de vida ao nascer	64,85	69,50
IDHM Renda	0,468	0,531
Renda per capita	147,16	217,72

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010).

Índices por dimensão do IDH (educação, longevidade e renda), como o município se apresenta em comparação com os municípios da região - 2010

Município	Educação	Longevidade	Renda
Anadia	0,444	0,756	0,546
Arapiraca	0,549	0,780	0,638
Campo Alegre	0,470	0,742	0,531
Junqueiro	0,454	0,714	0,586
Limoeiro de Anadia	0,457	0,742	0,575
São Miguel dos Campos	0,514	0,770	0,612
Teotônio Vilela	0,466	0,700	0,549

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Fatores históricos, do cenário socioeconômico e da forma como as políticas públicas conduzidas no município são relevantes para explicar o seu grau de desenvolvimento.

Considerando o recorte de tempo de 1991 a 2010, foi possível analisar que os fatos que contribuíram para elevar o grau de desenvolvimento foram: realização de concurso público no período considerado anteriormente, a implantação dos Planos de Cargos de Carreiras (progressão salarial), maior investimento nas políticas públicas, investimento em políticas de emprego e cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família (Saúde, Educação e Assistência Social).

Aspectos da situação socioeconômica atual de seu município que afetam de forma mais direta a população de crianças e adolescentes e famílias.

Dentre os aspectos considerados podemos destacar os positivos e negativos:

Aspectos positivos: Cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família, implantação de mais programas voltados a Primeira Infância na esfera estadual, como é o caso do Programa Criança Alagoana, cujas condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias nas áreas de saúde e educação, estimulando a vinculação das famílias aos serviços de saúde e educação, propiciando redução dos índices de desnutrição, por exemplo; cursos profissionalizantes realizados voltados para o público adolescente e maior investimento nas políticas públicas voltadas para o público adolescente.

Aspectos negativos: Aumento do consumo de drogas (lícitas e ilícitas), falta de emprego e sazonalidade dos empregos na indústria sucroalcooleira existente no município, o que leva os jovens a migrarem com suas famílias para outros estados, muitas das vezes sem terem concluído o ensino regular.

Estrutura Etária

Taxa de Envelhecimento⁴

Segundo as informações do Censo Demográfico, a taxa de envelhecimento (4,06%) aumentou 0,96 pontos percentuais entre 2000 e 2010. Enquanto a razão de

⁴ Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

dependência⁵ total no município passou de 67,45%, em 2000, para 56,96% em 2010, e a proporção de idosos, de 3,10% para 4,06%.

Estrutura etária da população no município - Campo Alegre/AL - 2000 e 2010

Estrutura Etária	População	% do Total	População	% do Total
	2000	2000	2010	2010
Menor de 15 anos	14.948	37,18	16.380	32,23
15 a 64 anos	24.020	59,74	32.374	63,71

Estrutura Etária	População	% do Total	População	% do Total
	2000	2000	2010	2010
65 anos ou mais	1.250	3,11	2.062	4,06
Razão de dependência	67,45	-	56,96	-
Taxa de envelhecimento	3,10	-	4,06	-

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010).

Saúde

Longevidade/Esperança de vida ao nascer

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-estar. O valor dessa variável no município - Campo Alegre - era de 64,85 anos, em 2000, e de 69,50 anos, em 2010. Na UF - Alagoas -, a esperança de vida ao nascer era 63,79 anos em 2000, e de 70,32 anos, em 2010.

Ano	Esperança de vida ao nascer – Campo Alegre
1991	59,55
2000	64,85
2010	69,50

⁵ É a população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa).

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Condições de vida da população do município e sobre a forma como a política de atenção à saúde materno-infantil se desenvolveu no município ao longo do período.

No que tange as medidas adotadas com o intuito de trabalhar as fragilidades encontradas com o aumento do índice de mortalidade infantil, encontra-se o fortalecimento do acesso aos serviços de saúde, com maior potencial de resolutividade, e também como parte do Plano Municipal de Saúde, promover acompanhamento em todos os níveis de prevenção, da primária à quaternária, de todos os grupos de importância epidemiológica e prioritários para o desenvolvimento humano da comunidade, através da formulação de linhas de cuidado de saúde do adulto; saúde da mulher, gestante e puérpera; saúde da criança e do adolescente. Desenvolvimento de ações mais eficientes de assistência a gestantes e recém nascidos, melhores condições de parto, com a estruturação de uma Casa Maternal inaugurada no município no ano de 2023.

Observando a significativa diminuição dos índices de mortalidade, pode-se pensar que houve um maior investimento na política de saúde como um todo no município, maior cobertura de pré-natal, campanhas de vacinação, cumprimento da condicionalidade de saúde do Programa Bolsa-Família, implantação do Programa do leite, implantação de cestas nutricionais para gestantes, entre outras iniciativas.

Outros indicadores de saúde, por sexo e cor, calculados com base nos registros do Ministério da Saúde - Campo Alegre/AL - 2016 e 2017

	Total	Total	Negros	Branco	Mulheres	Homens
Indicadores de Registros Administrativos	2016	2017	2017	2017	2017	2017
Taxa bruta de mortalidade	3,84	3,28	2,36	0,52	1,46	1,82
Taxa de mortalidade por doenças não transm...	201,73	170,29	112,95	31,28	86,88	83,41
Taxa de mortalidade infantil	10,10	13,31	15,05	-	14,34	12,15

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Taxa de incidência de AIDS	7,02	3,48	3,48	0,00	0,00	5,21
Taxa de mortalidade por acidente de trânsito	15,79	10,43	10,43	-	1,74	8,69
Taxa de mortalidade por suicídio	3,51	3,48	3,48	-	-	3,48
Taxa de mortalidade materna	202,02	0,00	-	-	-	-
% de internações por doenças relacionadas a...	2,73	1,22	1,09	0,00	1,37	0,93
% de meninas de 10 a 14 anos de idade que ti...	3,43	2,47	2,15	-	-	-
% de adolescentes de 15 a 17 anos de idade q...	29,29	27,19	27,96	35,00	-	-

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: DataSus – Ministério da Saúde (2016 e 2017)

Fecundidade

A Taxa de fecundidade é o número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade).

Evolução da taxa de fecundidade no município de Campo Alegre entre 1991, 2000 e 2010

Ano	Taxa de fecundidade – Campo Alegre
1991	5,08
2000	2,61
2010	2,24

Tendências de evolução quantitativa da população infantil e sobre o acesso das famílias e das mulheres a informações e meios para exercitar o planejamento familiar

Ampliação das atividades nos PSF, aumento dos programas desenvolvidos pelos agentes de saúde, realização maciça de campanhas de saúde voltadas a saúde da família, distribuição de preservativos, investimento em ações de educação em saúde com formação de grupos de discussão.

Educação

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores. Quatro deles se referem ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 77,89%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, era de 77,94%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 41,02%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 18,94%.

Evolução das taxas de analfabetismo na população de 11 a 14 anos e na população de 15 a 17 anos de idade no município, entre 1991, 2000 e 2010.

Ano	Analfabetismo de 11 a 14 anos	Analfabetismo de 15 a 17 anos
2010	5,73	4,59
2000	13,25	11,16
1991	43,21	35,81

Pontos relevantes/destaques da política de Educação nos últimos 08 anos em Campo Alegre

- Aumento da oferta de vagas, principal responsável as políticas do governo Federal e investimentos em infra-estrutura (construção de novas escolas, salas de aulas e equipamentos)
- Redução do número de alunos por sala (a média era 45 alunos por sala)
- Maior investimento na formação dos professores (nível superior)
- Implantação de programas como PROINFO, PROESP, PGP, PRO-INFANTIL, todos voltados a qualificação dos professores e o incentivo ao aumento do nível escolar
- BOLSA FAMÍLIA (antigo BOLSA ESCOLA) e outros de transferência de renda, vinculando o benefício à educação, como o Programa Criança Alagoana que tal qual o Programa Bolsa Família, possui condicionalidades vinculadas as políticas de saúde e educação.
- Programas de formação de professores para atendimento a pessoas com deficiência;
- Estruturação de equipes qualificadas para atender o público de crianças e adolescentes com deficiência.
- Implantação de equipes multiprofissionais nas escolas do município, formadas por Assistentes Sociais e Psicólogos, com o intuito de abordar com as crianças e

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

adolescentes temas e questões que possam ser um impeditivo ou entrave para o pleno desenvolvimento no âmbito escolar.

Houve uma expressiva redução nos índices de analfabetismo, em especial na faixa etária entre 15 e 17 anos. Vale destacar que esta faixa etária corresponde a dos anos finais do ensino fundamental, onde os índices costumam ser maiores. Porém, a maior redução no analfabetismo nas últimas três décadas, foi na faixa etária entre 11 a 14 anos, com cerca de 754%, passando de 43,21 para apenas 5,73, índice melhor que o do Estado de 8,96.

Programas como o PDE das escolas estão se voltando para a redução da distorção idade-série, inclusive com investimentos em formação dos professores.

Também o PNAIC (Programa Nacional de Aprendizagem na Idade Certa) implantado em 2013 também tem se voltado para a qualificação dos professores visando a correção das distorções. Espera-se verificar os resultados, ao menos iniciais deste programa nas etapas posteriores do Diagnóstico.

Há que se reconhecer os esforços empenhados para melhoria dos percentuais de defasagem, bem como o investimento no desenvolvimento do trabalho individualizado com os alunos, focando nas atividades realizadas dentro da escola no contraturnos, focando nas necessidades de cada aluno, entendendo que cada um tem um tempo específico de aprendizagem, para isso, considerando a quantidade de alunos em cada sala e as especificidades a serem observadas e trabalhadas.

Porém, vale destacar que a taxa de Distorção idade-série no ensino médio no município era de 38,80%, em 2016, e passou para 42,00%, em 2017. Por sua vez, a taxa de evasão no fundamental foi de 6,00%, em 2013, para 5,00%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 10,70%, em 2013, e, em 2014, de 9,80%. Mesmo sendo um nível de escolaridade de responsabilidade do governo estadual se faz necessário a implementação de estratégias que garantam o direito a educação neste segmento etário.

Escolaridade da população adulta

Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador reflete defasagens das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 13,48% para 35,80, no município, e de 25,14% para 40,57%, na UF.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade no município - Campo Alegre, 37,49% eram analfabetos, 28,50% tinham o ensino fundamental completo, 14,90% possuíam o ensino médio completo e 1,79%, o superior completo. Na UF, esses percentuais eram, respectivamente, 30,57%, 36,36%, 24,98% e 6,90%.

Renda

Nível de Renda

Os valores da renda per capita mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no município - Campo Alegre - entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R\$ 147,16, em 2000, e de R\$ 217,72, em 2010, a preços de agosto de 2010.

Pobreza

No Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010), respectivamente. Dessa forma, em 2000, 35,81% da população do município eram extremamente pobres, 73,00% eram pobres e 89,87% eram vulneráveis à pobreza; em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 18,66%, 43,67% e 76,23%.

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 45,51%, em 2014, para 30,03%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 79,40%, em 2014, e 77,99%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255,00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 83,73%, em 2014, e 86,69%, em 2017.

Mais especificamente entre os períodos de 2000 a 2010, podemos apontar que os fatores que contribuíram foram os programas de transferência de renda do governo federal, a saber, o benefício de prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família, no âmbito estadual o Programa Criança Alagoana – programa de transferência

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

de renda no valor de R\$ 150 para gestantes e crianças até os 6 anos de idade. Porém, ressaltamos que nos últimos 02 anos, consideramos que vem ocorrendo um incremento na construção civil como resultado do investimento em obras públicas e, consequentemente na maior oferta de serviços públicos de educação e saúde.

Desigualdade de renda

O índice de Gini é uma das medidas de desigualdade de renda constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Seu valor pode variar entre 0 e 1 e, quanto maior, maior a desigualdade de renda existente. O índice de Gini no município passou de 0,53, em 2000, para 0,47, em 2010, indicando, portanto, houve redução na desigualdade de renda

Taxa de atividade/Trabalho Infantil

Taxa de atividade entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade⁶

Na análise dos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa no município, passou de 47,19% para 41,48%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 20,22% para 24,42%.

No município, o grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais de idade passou de 61,54%, em 2000, para 62,72%, em 2010.

Tipos de trabalho são exercidos com maior frequência pelas crianças e adolescentes no município:

Carroçando na feira livre, no matadouro, no trabalho doméstico, e na coleta de lixo.

⁶ proporção de pessoas dessa faixa etária que estavam economicamente ativas, desempenhando ou procurando algum trabalho

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Vulnerabilidade

A Vulnerabilidade Social diz respeito à suscetibilidade à pobreza, e é expressa por variáveis relacionadas à renda, à educação, ao trabalho e à moradia das pessoas e famílias em situação vulnerável. Para estas quatro dimensões de indicadores mencionadas, destacam-se os resultados apresentados na tabela a seguir:

Indicadores	Total	Total
	2000	2010
Crianças e Jovens		
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	86.71	72.00
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	30.34	34.63
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	46.43	24.55
Adultos		
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	66.93	53.21
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos ...	14.57	23.17
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	5.03	5.99
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	3.90
Condição de Moradia		
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	47.58	80.91

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010).

A situação da vulnerabilidade social no município - Campo Alegre - pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores: houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 46,43% para 24,55%, entre 2000 e 2010; o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 14,57% para 23,17%.

Neste mesmo período, é possível perceber que houve crescimento no percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, que passou de 30,34% para 34,63%.

Por último, houve crescimento no percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 47,58% e, em 2010, o indicador registrou 80,91%.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Políticas Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social

Para complementar as informações do Censo IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano, que trazem dados consolidados e agrupados, foi realizado um levantamento em outras fontes de informações oficiais, a saber nas secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

Mantendo a mesma lógica acima apresentaremos as informações através do agrupamento de índices e indicadores por políticas públicas.

Política de Saúde

Relação dos Serviços em Saúde para Atendimento das nossas Crianças e Adolescentes

SETOR	ENDEREÇO
Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Rua São Francisco ,Bairro Belo Horizonte , rodovia AL
Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil-CAPSI	Luziápolis- Próximo a UAI rua Gilvan Pedro dos Santos
SAMU	Rodovia AL 220, Km36, s/n
Centro de Atenção Psicossocial- CAPS	Avenida João Fernandes Vieira 235ª
Centro de Saúde (Centro de Especialidades)	Rodovia AL 220, Km36, s/n
Centro de Saúde	Rodovia AL 220, Km36, s/n
Central de Abastecimento Farmacêutico-CAF	Rodovia AL 220, Km36, s/n
Espaço Vida	Rua Demerval Costa Nunes, Bairro Ozar da Cunha Lima, Campo Alegre
Unidade Mista Senador Arnon de Melo (UMSAM - Hospital)	Rodovia AL 220, Campo Alegre
Emergência (Luziápolis)	Rua Dorgival Gonçalves, Luziápolis
Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil (UAI)	Rua Maria Rosângela dos Santos, Luziápolis
Academia de Saúde Sede	Rua Projetada, QD G, s/n, centro, Campo Alegre
Academia de Saúde do Conjunto Olival Tenório	Conjunto Olival Tenório, Campo Alegre
Academia de Saúde Chã da Imbira	Avenida Amerino Rodrigues de Paiva, s/n, Chã da Imbira
Academia de Saúde Luziápolis	Avenida Wilson Lopes, s/n
UBS Jorge Correia	Rua Oscar da Cunha Lima, s/n, centro, Campo Alegre
UBS Luís Vieira Temóteo	Rua Durval Paulo da Silva, s/n, centro, Campo Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

UBS Arnóbio da Rocha Tavares	Rua Manoel Joaquim de Araújo, s/n, Conjunto Sebastião de Oliveira Gomes, Campo Alegre
UBS Antônio Joaquim Messias	AL 220, Povoado Chã da Imbira, Campo Alegre
UBS Aldálio Antônio	Av. Eugênio Albuquerque, s/n, Luziápolis
UBS José Firmino da Silva	Rua São José, s/n, Luziápolis
UBS Expedito Sérgio dos Santos	Rua Manoel Firmino, s/n, Luziápolis
UBS de Apoio (Usina)	Rua Azul, 1ª quadra, Usina Porto Rico, Campo Alegre
UBS Francisco Batista	Rua José Vitorino de Moraes, s/N, Luziápolis
UBS José Egídio	Avenida Hildebrando Veríssimo Guimarães, 270, centro, Campo Alegre
UBS Apoio Belo Horizonte	Rua São Francisco, Povoado Belo Horizonte, Campo Alegre
UBS Edja Lidiane	Conjunto Olival Tenório, QD E, s/n, Campo Alegre
UBS Apoio Pilãozinho (Luziápolis)	Povoado Pilãozinho, Luziápolis
UBS Luana Kelly	Rua Josefa Maria, 225, Povoado Pimenteira
Centro Reabilitação SEDE	Rua Demerval Costa Nunes, S/N. Bairro: Ozar da Cunha Lima
Centro Reabilitação LUZIÁPOLIS	Rua São José, S/N. Luziápolis
Programa Melhor em Casa	Avenida Hildebrando Veríssimo Guimarães, 270, centro, Campo Alegre
Central de Marcação de Exames e Consultas (Luziápolis)	Rua Oito de Junho, s/n
Central de Marcação de Exames e Consultas (Sede)	Rodovia AL 220, Km36, s/n
Laboratório Municipal	Rodovia AL 220, Km36, s/n
Vigilância Sanitária e Setor de Endemias	Rodovia AL 220, Km36, s/n

Estruturação e ambiência humanizada nos espaços físicos para atendimentos

- 100% de cobertura na Atenção Básica
- 11 UBS'S com equipes completas
- 03 UBS'S com equipes de Apoio interligadas
- 01 Centro de Saúde com Especialidades Médicas e Secretaria de Saúde
- 01 Central de Marcação e Especialidades Médicas em Luziápolis
- 01 Centro de referência da 1ª Infância Acompanhada- Espaço Vida
- 01 Casa de Parto na UMSAM
- 01 Unidade Mista – UMSAM, Hospital
- 02 Centros de Fisioterapia
- 01 Centro de Assistência Psicossocial Infantojuvenil - CAPSi
- 01 Unidade de Acolhimento Infantojuvenil
- 01 Centro Especialidades Odontológicas

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

- 01 SAD- Serviço de Atendimento Domiciliar
- Humanização e Acolhimento para atendimento domiciliar de saúde bucal e afins aos pacientes de necessidades especiais
- 01 Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF
- Setor de Vigilância em Saúde e Nutricional para acompanhamento do BVG

As UBS's possuem equipes eMulti em fusão a Estratégia Saúde da Família - eSF na Atenção Primária a Saúde e são composta por:

- 01 Nutricionista, 40 horas
- 03 Nutricionistas, 20 horas
- 01 Fisioterapeuta
- 01 Enfermeiro Obstetra
- 01 Assistente Social, 40 horas
- 02 Fisioterapeutas, 30 horas
- 04 Psicólogas, 40 horas
- 01 Psicóloga, 20 horas
- 01 Psicóloga, 30 horas
- 03 Terapeutas Ocupacionais, 30 horas

Esta atuação integrada permite realizar discussões de casos clínicos, possibilita o atendimento compartilhado entre profissionais, tanto na Unidade de Saúde, como nas visitas domiciliares; permite a construção conjunta de projetos terapêuticos de forma que amplia e qualifica as intervenções no território e na saúde de grupos populacionais. Essas ações de saúde também podem ser intersetoriais com foco prioritário nas ações de prevenção e promoção da saúde incorporando também saberes e práticas de especialistas para o fortalecimento da atenção em saúde no SUS.

ATENÇÃO PRIMÁRIA

Relatório no e-SUS

Identificação do Usuário - cidadão- faixa etária, ano 2023

Cadastro Individual na distribuição por faixa etária

Descrição	Sexo M	Sexo F	Total
Menores de 01 ano	198	224	422
01 ano	295	268	563

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

02 anos	365	324	689
03 anos	340	364	704
04 anos	388	370	758
05 a 09 anos	1943	1813	3756
10 a 14 anos	1957	1948	3905
15 a 19 anos	2161	2187	4348

Fonte: e-SUS / SMS, 31/10/2024

Identificação do Usuário- cidadão- faixa etária, ano 2023

Números de Gestantes adolescentes pela distribuição e faixa etária acompanhadas pela Atenção Primária a Saúde.

Gestantes	Total
10 a 14 anos	04
15 a 19 anos	86

Fonte: e-SUS / SMS, 31/10/2024

Conforme o quadro acima percebemos um aumento significativo de gravidez na adolescência. Vale salientar que a secretaria municipal de saúde realiza ações intersetoriais para orientação e prevenção da gravidez precoce com as demais órgãos de proteção seja nas articulações ou campanhas de sensibilização para despertar aos jovens ao projeto de vida e cidadania. O PSE, as equipes de estratégia saúde da família, conselho tutelar e equipes multiprofissionais em parceria realizam ações educativas.

Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes (2019-2023)

Ano	2019	2020	2021	2022	2023
%	127	142	142	103	102

Fonte: Controle e Avaliação/SMS, SINASC 05/11/2024

NASCIDOS VIVOS - ALAGOAS

Nascim pr/resid.mãe por idade da mãe segundo Município
Município: 270140 CAMPO ALEGRE
Período: 2019

Município	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	Total
TOTAL	10	117	167	105	78	34	8	2	521
270140 CAMPO ALEGRE	10	117	167	105	78	34	8	2	521

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Consulte o site da [Secretaria Estadual de Saúde](#) para mais informações.

Notas:

1. Dados finais disponíveis até 2022 e preliminares referentes a 2023. Data da atualização dos dados 08/2024.
2. Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Consolidação de Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2011".
3. "A categorização da 'adequação quantitativa de pré-natal' mostrada na variável 'Adeq quant pré-natal' considera o início do pré-natal no primeiro trimestre e um mínimo de seis consultas de pré-natal -, sendo gravada em

Fonte: Controle e Avaliação/SMS, SINASC05/11/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

NASCIDOS VIVOS - ALAGOAS

Nascim p/resid.mãe por idade da mãe segundo Município
Município: 270140 CAMPO ALEGRE
Período: 2020

Município	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	Total
TOTAL	9	133	175	94	66	32	12	1	522
270140 CAMPO ALEGRE	9	133	175	94	66	32	12	1	522

Fonte: SI/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Consulte o site da [Secretaria Estadual de Saúde](#) para mais informações.

Notas:

1. Dados finais disponíveis até 2022 e preliminares referentes a 2023. Data da atualização dos dados 08/2024.
2. Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre

Fonte: Controle e Avaliação/SMS, SINASC05/11/2024

NASCIDOS VIVOS - ALAGOAS

Nascim p/resid.mãe por idade da mãe segundo Município
Município: 270140 CAMPO ALEGRE
Período: 2021

Município	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	Total
TOTAL	14	128	139	105	71	30	4	491
270140 CAMPO ALEGRE	14	128	139	105	71	30	4	491

Fonte: SI/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Consulte o site da [Secretaria Estadual de Saúde](#) para mais informações.

Notas:

1. Dados finais disponíveis até 2022 e preliminares referentes a 2023. Data da atualização dos dados 08/2024.

Fonte: Controle e Avaliação/SMS, SINASC 05/11/2024

NASCIDOS VIVOS - ALAGOAS

Nascim p/resid.mãe por idade da mãe segundo Município
Município: 270140 CAMPO ALEGRE
Período: 2022

Município	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	Total
TOTAL	4	109	130	122	74	43	10	492
270140 CAMPO ALEGRE	4	109	130	122	74	43	10	492

Fonte: SI/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Consulte o site da [Secretaria Estadual de Saúde](#) para mais informações.

Notas:

1. Dados finais disponíveis até 2022 e preliminares referentes a 2023. Data da atualização dos dados 08/2024.
2. Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre

Fonte: Controle e Avaliação/SMS, SINASC 05/11/2024

NASCIDOS VIVOS - ALAGOAS

Nascim p/resid.mãe por idade da mãe segundo Município
Município: 270140 CAMPO ALEGRE
Idade da mãe: Menor de 10 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos
Período: 2023

Município	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	Total
TOTAL	9	83	127	129	59	407
270140 CAMPO ALEGRE	9	83	127	129	59	407

Fonte: SI/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Consulte o site da [Secretaria Estadual de Saúde](#) para mais informações.

Notas:

1. Dados finais disponíveis até 2022 e preliminares referentes a 2023. Data da atualização dos dados 08/2024.

Fonte: Controle e Avaliação/SMS, SINASC 05/11/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

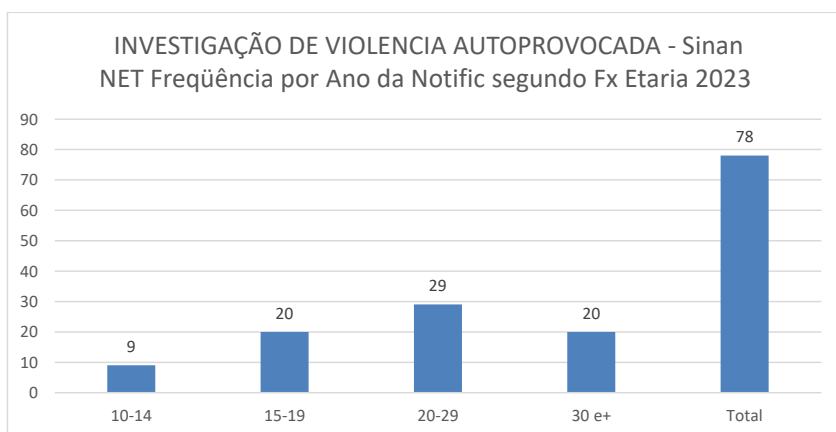
Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória, a priori. É facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região.

No ano de 2023, foram notificados e inseridos no Sinan 1.387 agravos, destes, 417 casos de Acidentes por animais peçonhentos; 327 atendimentos anti-rábico; 274 acidentes de trabalho, 194 casos de violência interpessoal/ autoprovocada; 92 casos de intoxicação exógena; 26 casos de sífilis não especificadas; 8 casos de Sífilis em gestante; 06 casos de Sífilis congênita; 05 casos de hepatites virais; 08 casos de tuberculose; 06 casos de Hanseníase; 07 casos de HIV; 02 casos de gestante HIV; 04 casos de Acidente de trabalho com exposição à matéria biológico; 03 casos de Toxoplasmose gestacional; 01 caso de leishmaniose visceral; 01 caso de Meningite; 150 casos de Dengue notificados; 200 casos de Chikungunya notificados.

Em relação aos dados de Violência interpessoal/autoprovocada, um dado que chama atenção é que dos 194 casos notificados, 78 foram por violência autoprovocada, com prevalência do sexo feminino, e faixa etária mais acometida entre 20 a 29 anos, como mostra o gráfico abaixo.



Fonte Sina/TabWin
Dados tabulados em 31/10/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Em relação aos tipos de violência, segue gráfico detalhado do número de casos notificados no ano de 2023.

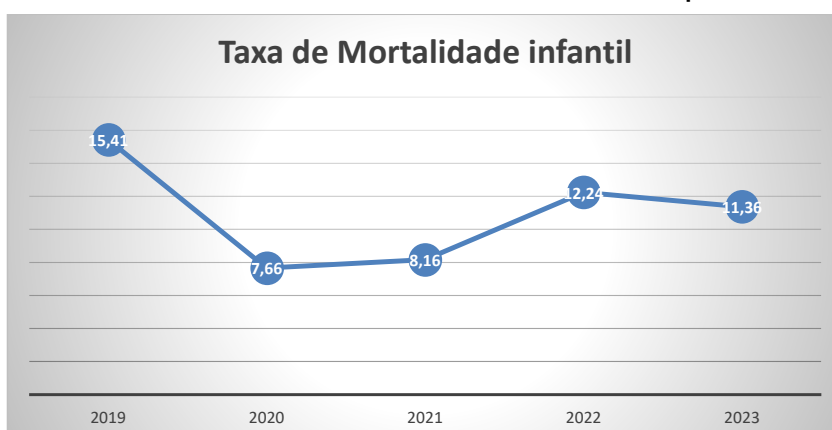


Fonte Sina/TabWin
Dados tabulados em 31/10/2024

Os casos foram notificados pelas seguintes unidades de Saúde: Unidades de Saúde da família do município, pela Unidade Mista Senador Arnon de Melo- UMSAM, pelo centro de Saúde Nazaré Maria da Silva Souza (Emergência que fica no distrito de Luziápolis), como também pelas outras unidades notificadoras do Brasil.

Em relação a mortalidade, o município de Campo Alegre registrou 05 óbitos em menores de 1 (um) ano de idade no ano de 2023.

Taxa de mortalidade dos últimos 5 anos em residentes do município.



Fonte: SimFederal/ Sinasc
Dados tabulados em 04/11/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

IMUNIZAÇÃO

- **PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES (PNI)**

O PNI representa uma das intervenções em saúde pública mais importantes no cenário de saúde brasileiro e possui referência como um dos maiores programas de vacinação do mundo.

Diagnóstico Municipal da Saúde da Criança e do Adolescente

A cobertura vacinal adequada é um dos pilares fundamentais para garantir a saúde integral de crianças e adolescentes. A vacinação protege contra doenças preveníveis, algumas delas graves e potencialmente fatais, e é essencial para reduzir a incidência de surtos, hospitalizações e sequelas, além de promover o desenvolvimento saudável da população infantil e juvenil.

No município de Campo Alegre, os esforços na área de imunização foram bem-sucedidos, permitindo que praticamente todas as coberturas vacinais recomendadas pelo Ministério da Saúde fossem alcançadas. Esse resultado, expostos no quadro logo a baixo, reflete o compromisso com as diretrizes nacionais de vacinação e a efetividade das campanhas de conscientização, organização e atendimento oferecidos aos cidadãos. A ampla adesão da população ao calendário vacinal também é um reflexo do acesso facilitado e da dedicação das equipes de saúde local.

Cobertura Vacinal do Município de Campo Alegre no ano de 2023

Ao Nascer	
BCG – 108,16%	Hepatite B (<30 dias)
Menores de 1 ano de idade	
Hepatite B – 107,94%	DTP – 107,94%
Febre Amarela – 87,53%	Pólio Injetável (VIP) - 111,11%
Pneumocócica 10 – 108,84%	Meningocócica C – 109,98%
Pentavalente – 107,94%	Rotavírus – 104,54%
1 ano de idade	
Hepatite A – 108,62%	DTP (1º reforço) – 104,76%
Tríplice Viral (1ª dose) - 115,65%	Tríplice Viral (2ª dose) – 79,59%
Pneumocócica 10 (1º Reforço) – 109,52%	Pólio Oral Bivalente – 106,80%

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Varicela – 97,73%	Meningocócica C (1º Reforço) – 119,50%
Adulto Percentual em mulheres grávidas	
dTpa Adulto – 70,98%	

Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde (DEMÁS) da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI)⁷.

Ainda que esse sucesso seja notável, manter o calendário vacinal atualizado com todas as doses recomendadas continua a ser essencial para consolidar a imunidade coletiva e proteger os mais vulneráveis. Reforçar campanhas de conscientização, garantir acesso contínuo aos serviços de imunização e acompanhar as coberturas vacinais por faixa etária são passos essenciais para assegurar a proteção da saúde infantil e juvenil no município de Campo Alegre e para prevenir o retorno de doenças erradicadas ou controladas.

RELATÓRIO TÉCNICO: UAI

**Unidade de Acolhimento Infantojuvenil Luiz Mariano Neto – Distrito de Luziápolis -
Campo Alegre / Alagoas.**

1. Introdução

A Unidade de Acolhimento Infantojuvenil Luiz Mariano Neto integra a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), conforme estabelecido pela Portaria Nº 121, de 25 de Janeiro de 2012, do Ministério da Saúde. Esta unidade configura-se como um componente de atenção residencial de caráter transitório, oferecendo acolhimento voluntário e cuidados contínuos a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e familiar, com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas. A unidade atende indivíduos entre 10 e 18 anos incompletos, promovendo um espaço de suporte terapêutico e proteção.

2. Perfil dos Pacientes Assistidos

Diagnóstico Primário: Os acolhidos são crianças e adolescentes que enfrentam dificuldades relacionadas ao uso e abuso de álcool e outras drogas. Devido à fase de desenvolvimento,

⁷ Acesso em: 31/10/2024, disponível em:

https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_RESIDENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_RESIDENCIA.html

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

muitos ainda não possuem diagnósticos fechados, recebendo atenção voltada ao uso problemático de substâncias.

Faixa Etária: 10 a 18 anos incompletos.

3. Processo de Inserção no Sistema de Saúde

Os pacientes são integrados à Rede de Cuidados Especializados em Saúde Mental, além da Rede de Cuidados Integral. A unidade funciona em articulação contínua com demais pontos da rede de saúde, garantindo um acompanhamento completo e integrado.

4. Histórico de Violência

Tipos de Violência: Grande parte dos acolhidos foi exposta a variados tipos de violência, frequentemente associados ao contexto de uso e abuso de substâncias. Estes casos incluem violência familiar, violência comunitária e, em alguns casos, negligência e abandono, agravados pela vulnerabilidade social.

5. Articulação Intersetorial da Rede de Cuidados

A unidade opera de forma intersetorial, vinculando-se à rede de garantia de direitos que envolve:

Saúde: Integração com a atenção básica, CAPS, entre outros.

Assistência Social: Colaboração com CRAS, CREAS, e conselhos tutelares.

Educação: Acompanhamento junto às escolas para garantir o suporte educacional.

Justiça: Em casos necessários, há cooperação com o sistema de justiça e serviços de proteção.

6. Estatísticas e Desempenho

Pacientes Assistidos: Desde setembro de 2017, aproximadamente 160 crianças, adolescentes e jovens foram acolhidos pela unidade. Observa-se que não há registros anteriores a essa data, devido à transição de coordenação da unidade e à ausência de documentação durante os anos de 2015, 2016 e parte de 2017.

Desempenho e Complexidade: Devido à complexidade dos casos de uso de substâncias entre crianças e adolescentes, determinar porcentagens exatas de reabilitação é um desafio. Contudo, a experiência qualitativa e os relatos dos assistidos indicam que a

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

unidade representa uma ferramenta de transformação e mudança significativa na vida desses jovens.

7. Práticas de Escuta e Acolhimento

Escuta Protegida: Todos os processos de escuta são realizados em ambiente privativo e respeitando a individualidade de cada paciente. As práticas de acolhimento buscam garantir um espaço seguro e confidencial para expressão e acolhimento das necessidades dos acolhidos.

8. Participação Familiar

Engajamento das Famílias: Identificou-se que a minoria das famílias tem participação ativa no processo de reabilitação psicossocial dos adolescentes e crianças atendidos. Essa baixa adesão impacta a continuidade do cuidado e o fortalecimento dos vínculos familiares.

9. Sugestões para Melhoria dos Serviços

Recursos Humanos: Ampliação da equipe multiprofissional, com a inclusão de especialistas para diversificar o suporte terapêutico e psicossocial.

Infraestrutura e Transporte: Disponibilização de um veículo próprio para a unidade, possibilitando um melhor atendimento e acompanhamento dentro da 5ª região de saúde do estado de Alagoas.

Capacitação e Suporte Intersetorial: Fortalecer parcerias e protocolos de atendimento intersetorial para assegurar um fluxo ágil entre os serviços de saúde, assistência social, educação e justiça.

10. Conclusão

A Unidade de Acolhimento Infantojuvenil Luiz Mariano Neto desempenha um papel de destaque na Rede de Atenção Psicossocial, promovendo acolhimento e suporte a crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade. A ampliação dos recursos e o fortalecimento do trabalho intersetorial são essenciais para o aprimoramento dos serviços e para garantir uma reabilitação eficaz e contínua para os jovens atendidos.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

CAPS INFANTOJUVENIL – DISTRITO DE LUZIÁPOLIS, CAMPO ALEGRE / ALAGOAS

1. Introdução

O Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) de Campo Alegre, situado no distrito de Luziápolis, faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e atua conforme a Portaria GM/MS nº 336/2002, que regulamenta os CAPS em suas modalidades. O CAPSij oferece atendimento especializado para crianças e adolescentes com transtornos mentais moderados a graves, proporcionando acolhimento, tratamento terapêutico e reabilitação psicossocial, em consonância com os princípios da Política Nacional de Saúde Mental e do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. Perfil dos Pacientes Assistidos

Diagnóstico Primário: O CAPSij atende principalmente pacientes com diagnósticos de retardo mental moderado e grave, transtornos globais do desenvolvimento, depressão moderada, transtorno opositor desafiador (TOD), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtornos emocionais com início específico na infância e uso e abuso de álcool e outras drogas.

Faixa Etária: 10 a 18 anos incompletos.

3. Processo de Inserção no Sistema de Saúde

Os pacientes são inseridos na Rede de Cuidados Especializados em Saúde Mental e na Rede de Cuidados Integral, recebendo acompanhamento contínuo, articulado com outros pontos da rede de saúde. Essa articulação permite que o CAPSij ofereça um atendimento integrado e abrangente, envolvendo equipes de diferentes áreas para atender às diversas necessidades dos pacientes.

4. Histórico de Vulnerabilidade e Violência

Muitos pacientes acolhidos no CAPSij apresentam históricos de vulnerabilidade social e familiar que impactam seu adoecimento e desenvolvimento psicológico. Tais vulnerabilidades incluem experiências de violência, abandono, negligência e exposição a ambientes de risco, os quais frequentemente agravam seus transtornos e o uso problemático de substâncias.

5. Articulação Intersetorial da Rede de Cuidados

O CAPSij opera de forma intersetorial, garantindo uma rede de suporte e proteção que envolve:

Saúde: Integração com a Atenção Básica, outros CAPS e serviços de saúde mental.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Assistência Social: Parceria com CRAS, CREAS e conselhos tutelares, que ajudam a fortalecer a proteção e o suporte aos jovens e suas famílias.

Educação: Acompanhamento e suporte junto às escolas, com o objetivo de garantir que os pacientes possam seguir seus estudos, respeitando suas particularidades e promovendo sua inclusão.

Justiça: Em casos específicos, há colaboração com o sistema de justiça para assegurar proteção legal e direitos dos pacientes, quando necessário.

6. Estatísticas e Desempenho

Número de Pacientes Atendidos: De julho a outubro de 2024, o CAPSij assistiu a 46 usuários. Este número reflete a capacidade e a demanda de atendimentos realizados neste período, destacando a importância do CAPSij como ponto de apoio essencial para o público infantojuvenil da região.

7. Práticas de Escuta e Acolhimento

Escuta Protegida: As práticas de escuta são realizadas de maneira protegida e privativa, garantindo a confidencialidade e o respeito à singularidade de cada paciente. Este ambiente seguro possibilita que os adolescentes e crianças expressem suas necessidades e dificuldades, fortalecendo a relação de confiança com a equipe.

8. Participação Familiar

Engajamento das Famílias: As famílias mantêm uma presença ativa no processo de reabilitação psicossocial dos jovens. A adesão familiar é fundamental para a continuidade do cuidado e o fortalecimento dos vínculos, sendo, portanto, uma área a ser trabalhada e estimulada de forma contínua.

9. Sugestões para Melhoria dos Serviços

Recursos Humanos: Recomenda-se a ampliação da equipe multiprofissional, com a inclusão de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais e psicopedagogos, para diversificar e enriquecer o suporte terapêutico oferecido.

Infraestrutura e Transporte: A disponibilização de um veículo próprio para a unidade possibilitaria um atendimento mais ágil e eficiente, especialmente para acompanhamentos externos e deslocamentos dentro da 5ª região de saúde do estado de Alagoas.

Capacitação e Suporte Intersetorial: Fortalecer parcerias com instituições locais e aprimorar os protocolos de atendimento intersetorial. Isso contribuiria para garantir um fluxo de atendimento eficiente entre os setores de saúde, assistência social, educação e justiça, promovendo uma resposta rápida e coordenada às demandas dos pacientes.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

10. Conclusão

O CAPS Infantojuvenil de Campo Alegre é um ponto central na Rede de Atenção Psicossocial do município, oferecendo acolhimento, tratamento e suporte para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O fortalecimento de recursos e a ampliação da articulação intersetorial são fundamentais para aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos, promovendo um atendimento cada vez mais eficaz e humanizado para os jovens.

VIGILÂNCIA NUTRICIONAL

Relatórios do Estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice

Ano: 2019

Percentual de Crianças (de 0 a 5 anos) que apresentaram obesidade

REGIÃO	UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	OBESIDADE	
NORDESTE	AL	270140	CAMPO ALEGRE	96 CRIANÇAS	4.37%

Fonte: SISVAN, 05/11/2024

Ano: 2020

Percentual de Crianças (de 0 a 5 anos) que apresentaram obesidade

REGIÃO	UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	OBESIDADE	
NORDESTE	AL	270140	CAMPO ALEGRE	57 CRIANÇAS	2.49 %

Fonte: SISVAN, 05/11/2024

Ano: 2021

Percentual de Crianças (de 0 a 5 anos) que apresentaram obesidade

REGIÃO	UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	OBESIDADE	
NORDESTE	AL	270140	CAMPO ALEGRE	94 CRIANÇAS	3.77 %

Fonte: SISVAN, 05/11/2024

Ano: 2022

Percentual de Crianças (de 0 a 5 anos) que apresentaram obesidade

REGIÃO	UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	OBESIDADE	
NORDESTE	AL	270140	CAMPO ALEGRE	85 CRIANÇAS	3.32 %

Fonte: SISVAN, 05/11/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Ano: 2023

Percentual de Crianças (de 0 a 5 anos) que apresentaram obesidade

REGIÃO	UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	OBESIDADE	
NORDESTE	AL	270140	CAMPO ALEGRE	138 CRIANÇAS	6.91 %

Fonte: SISVAN, 05/11/2024

Conforme as análises das tabelas acima, podemos perceber uma redução da obesidade no ano de 2020. Vale salientar que os anos de 2020 a 2021 foram anos atípicos no período pandêmico e a incidência aumentou devido o comprometimento da saúde mental, social e vulnerabilidade das famílias. Como proposta de intervenção foi trabalhado nas escolas pelo PSE atividades e práticas corporais estimulando o brincar e movimentar-se.

Análise dos dados coletados de baixo peso e sobrepeso por faixa etária e quantidade de crianças e adolescentes.

ANO	IDADE	QUANTIDADE	BAIXO PESO	SOBREPESO
2019	0 à 5	2.196 crianças	55 crianças 2,5%	173 crianças 7,88%
	10 à 19	2.594 adolescentes	70 adolescentes 2,7%	450 adolescentes 17,35%
2020	0 à 5	2.286 crianças	25 crianças 1,09%	140 crianças 6,12%
	10 à 19	1.308 adolescentes	33 adolescentes 2,52%	275 adolescentes 21,02%
2021	0 à 5	2.494 crianças	11 crianças 0,44%	190 crianças 7,62%
	10 à 19	1.770 adolescentes	52 adolescentes 2,94%	347 adolescentes 19,6%
2022	0 à 5	2.561 crianças	17 crianças 0,66%	185 crianças 7,22%
	10 à 19	2.790 adolescentes	98 adolescentes 3,51%	548 adolescentes 19,64%
2023	0 à 5	1.998 crianças	14 crianças 0,7%	225 crianças 11,26%
	10 à 19	2.297 adolescentes	74 adolescentes 3,22%	414 adolescentes 18,02%

Fonte: SISVAN, 05/11/2014

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Política de Educação

Instituído pela Lei Municipal nº 773/2015, o Plano Municipal de Educação - PME estabelece Diretrizes, Metas e Estratégias visando o cumprimento do direito à Educação nos princípios expressos na Carta Magna. No que se refere à materialização desses princípios, no município a Rede Pública de Educação Básica dispõe de:

- Cinco Centros de Educação Infantil (CEI) para crianças de zero até três anos que são as seguintes Instituições: CEI Professora Maria Valcira de Medeiros, CEI Professora Jaci Vieira da Costa, CEI Professora Maria José Vieira da Costa Silva, CEI Lizete Alves Ferreira e CEI Professora Cícera Marinho de Melo;
- Atendimento às crianças de quatro e cinco anos de idade na pré-escola em seis Instituições de Ensino, que são as seguintes Instituições: EMEB João Paulo II, EMEB Cícero Salustiano dos Santos Filho, EMEB Olival Tenório Costa Neto, EMEB Elita Tenório Maria, EMEB Maria Lourinete Porto Guimarães e EMEB Virgem dos Pobres;
- Oito Instituições que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental são: EMEB Miguel Matias, EMEB Senador Rui Palmeira, EMEB Vereador João Rogério dos Santos, EMEB Helenilda Correia Araújo de Mello, EMEB Menino Jesus de Praga, EMEB Cícero Mizael dos Santos; EMEB Maria Lourinete Porto Guimarães e EMEB Pedro de Oliveira Santos;
- Quatro Instituições que atendem os anos finais do Ensino Fundamental são as seguintes: EMEB Professora Zenóbia Ferreira da Silva, EMEB Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, EMEB João Fernandes Vieira Filho e EMEB Felizardo de Souza Lima;
- Sete Instituições que atendem o Ensino Fundamental na modalidade EJA, são as seguintes: EMEB Felizardo de Souza Lima; EMEB João Fernandes Vieira Filho; EMEB Miguel Matias, EMEB Senador Rui Palmeira; EMEB João Paulo II, EMEB Olival Tenório Costa Neto e EMEB Elita Tenório Maria;
- Ensino Médio realizado em duas Instituições de Ensino são: Escola Estadual Dom Constantino Lüers e Escola Estadual Dorgival Gonçalves;
- Projetos: Antibullying, Oficina das Emoções, Projeto Saúde no Desenvolvimento Integral – PSDI; Combate ao Suicídio e Construindo uma Cultura de Paz.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

QUANTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADA

ETAPA	Nº DE MATRÍCULAS
CRECHE	1.417
PRÉ-ESCOLA	965
ENS. FUND. – ANOS INICIAIS	2.525
ENS. FUND. – ANOS FINAIS	2.101
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.459

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SEMED – Ano 2024/ NETEE – Núcleo Estratégico de Tecnologia e Estatística Educacional.

Campo Alegre registrou em 2024 um número total de 10.467 de matrículas, enquanto que em 2023 esse número foi de 9.541. Um aumento de 8,8% no número de matrículas.

O município dispõe de dois Centros de Atendimento Educacional Especializados que ofertam atendimento pedagógico, psicológico, fisioterapêutico, fonoaudiólogo e terapia ocupacional para crianças e adolescentes com deficiência. O município conta, ainda, com quatro salas de recursos, sendo duas no Centro do município, uma no Povoado Chã da Imbira e uma no Distrito Luziápolis que atendem crianças e adolescentes no contra turno das atividades realizadas na sala regular.

3.2.2 INDICADORES EDUCACIONAIS⁸

É notório que o município, ainda, enfrenta índices preocupantes de evasão escolar, agravado por 0,9% de abandono registrado no ano de 2018 no Ensino Fundamental, ao passo que o Ensino Médio registrou 15,2% de abandono, segundo dados do QEdu.

Dentre as principais causas de evasão e abandono escolar no município foi possível verificar: que a escola é desinteressante; gravidez na adolescência; uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas; falta de incentivo da família/negligência familiar; trabalho infantil; criança ou adolescente com deficiência(s); déficit de aprendizagem; distorção idade-escolaridade, dentre outras.

⁸ Fonte: Plano Municipal para Infância e Adolescência - PMIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

ANO/SÉRIE	PROPORÇÃO DE ALUNOS COM ATRASO ESCOLAR DE 2 ANOS OU MAIS
5º ANO	23%
9º ANO	38%
3º ANO	40%

Fonte: Portal QEdu, disponível em: www.qedu.org.br.

Como estratégias de enfrentamento a essas problemáticas o município adotou a metodologia: Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo UNICEF e o acompanhamento de educandos com baixa frequência escolar, estratégias essas que necessitam ser potencializadas.

Considerando as causas de abandono escolar, é interessante observar dados referentes à proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar.

ESCOLARIDADE	DISCIPLINA	PROPORÇÃO
5º ANO	PORTUGUÊS	57%
	MATEMÁTICA	52%
9º ANO	PORTUGUÊS	25%
	MATEMÁTICA	22%

Fonte: Portal QEdu. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/4459-campo-alegre/aprendizado>.

Para enfrentar essa problemática, foi instituído, em âmbito municipal, o Programa Municipal Aprendizagem em Foco – ProMAF para atender os anos iniciais e finais e o Programa Municipal de Atendimento à Educação Integral – ProMAEI que atende somente os anos iniciais, ofertando atividades complementares em sete Instituições de Ensino da Rede Municipal que atende 1.244 estudantes, além do Programa Federal Novo Mais Educação que atende a 1.798 estudantes. Dessa forma, o município consegue atender 100% das Instituições de Ensino com programas e projetos de fortalecimento da aprendizagem, correspondendo o atendimento dos estudantes em jornada ampliada.

No que diz respeito a adolescentes sem acesso ao ensino profissionalizante, direito fundamental estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que toma ainda maior

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

relevância quando considerada a distorção idade-série, bem como os dados referentes ao abandono escolar. Nota-se a importância de introduzir formação profissionalizante ainda nos anos finais do Ensino Fundamental, observadas as disposições da legislação da educação técnico-profissionalizante e do Estatuto da Criança e do Adolescente expressos em seus artigos 62 a 69, mediante proposta pedagógica para oferta dos cursos.

Nesse sentido, o município instituiu o Programa Municipal de Educação Empreendedora, através da Lei nº 878/2018 e a Secretaria Municipal de Educação implantou a oferta da disciplina Empreendedorismo nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental Regular, atendendo também adolescentes de 15 a 18 anos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tornando-se necessário o desenvolvimento de ações que possibilitem consolidar, aperfeiçoar e ampliar uma política pública de profissionalização dos adolescentes e de geração de renda, e que, concomitantemente, sejam desenvolvidas ações sistemáticas e intersetoriais, que resultem na erradicação da exploração do trabalho infantil e eficazes na promoção social das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos - EJA está atrelada a educação profissionalizante na modalidade FIC para o primeiro e segundo segmento.

Outro problema evidente, diz respeito ao expressivo número de crianças de zero a três anos, que não estavam matriculadas em creches, uma vez que, de acordo com diagnóstico, que teve como fontes os dados da educação infantil, o Censo Escolar e a própria Secretaria Municipal de Educação - SEMED visualizamos que foi necessário ampliar a capacidade de matrícula na Primeira Infância. Pois, em 2012 havia, apenas, 172 crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino. Atualmente o número de crianças matriculas em Creche corresponde 1.206 distribuídas em cinco Centros de Educação Infantil, destes, quatro possuem atendimento exclusivo a crianças de 0 aos 3 anos em tempo integral. Apesar dessa ampliação ainda não é suficiente para ter uma cobertura de 100% desse público o que nos leva a ter a necessidade de construção e/ou ampliação de espaços educativos para Primeira Infância.

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL**

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

RELATÓRIO QUANTITATIVO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (fevereiro a junho de 2024)

As escolas de abrangência: EMEB Felizardo Souza Lima, EMEB Mons. Hildebrando V. Guimarães, EMEB Zenóbia Ferreira da Silva, EMEB João Fernandes Vieira Filho e EMEB Miguel Matias.

ITEM	MOTIVOS DO ATENDIMENTO	FELIZARDO	HIDELBRANDO	ZENOBIÁ	JOÃO FERNANDES	MIGUEL MATIAS	
		Ens. fund. (6º ao 9º ano)	Ens. fund. (6º ao 9º ano)	Ens. fund. (6º ao 9º ano)	Ens. fund. (6º ao 9º ano)	Ens. fund. (1º ao 5º ano)	EJA
1	Infrequência	79	46	34	77	30	-
2	Indisciplina	203	20	66	70	93	08
3	Baixo Rendimento	42	03	29	43	65	05
4	Ansiedade	36	53	15	15	57	01
5	Bullying	60	12	04	27	14	07
6	Luto	10	14	-	03	10	-
7	Auto lesão	09	06	-	02	01	-
8	Trabalho Infantil	06	03	-	-	-	-
09	Uso de drogas	-	-	-	-	-	04
11	Vulnerabilidade Social	14	30	11	12	07	-
12	Problemas relacionados à saúde	19	57	06	19	28	-

Segundo os dados de atendimento, com exceção de questões ligadas a indisciplina, há um elevado número de motivação de atendimento relacionados a aspectos psicológicos (ansiedade, bullying e autolesão) entre os alunos, suscitando a necessidade de implementação e ampliação de ações para a prevenção e cuidados com as vítimas de tais situações.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Política de Assistência Social⁹

A Assistência Social no Brasil teve sua gênese no assistencialismo até ser posta como política pública de direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passando a integrar a Seguridade Social, junto com a Previdência e a Saúde. Com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, em 1993, rompe com a lógica de caridade e favor, colocando como responsabilidade do Estado a proteção aos mais vulneráveis, consolidando com a promulgação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2005.

Na Constituição de 1988, em seu artigo 203, a Assistência Social deverá ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes; III - a promoção e a integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por meio da família.

A LOAS, Lei nº 8.742, promulgada em dezembro de 1993 e atualizada pela Lei 12.435 de julho de 2011, materializou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 88, trazendo a política de direitos e cidadania, perfazendo em seus princípios a descentralização político-administrativa e a participação social, assim como, a ampliação da proteção social brasileira visando a melhoria das condições de vida da população.

De acordo com a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005, o SUAS é sistema público não contributivo, descentralizado e participativo tendo como função a gestão do conteúdo da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Seus eixos estruturantes são: precedência da gestão pública da política; alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; matricialidade sociofamiliar; territorialização; descentralização político-administrativa; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação democrática entre o Estado e sociedade civil; valorização da

⁹ Fonte: Plano Municipal para Infância e Adolescência - PMIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

presença do controle social; participação popular cidadão/usuário; qualificação de recursos humanos; informação; monitoramento; avaliação e sistematização de recursos.

3.1.1 EQUIPAMENTOS QUE COMPÕE A REDE SOCIOASSISTENCIAL

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) divide a Proteção Social em Básica e Especial de média e alta complexidade. A Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios (Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefícios Eventuais) conforme a vulnerabilidade apresentada.

Os serviços de proteção social básica são executados prioritariamente nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, podendo também ser executados de forma indireta em outras unidades básicas e públicas de assistência social.

Dentre os serviços desta proteção, podemos destacar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que foi pactuado e assumido pelas diferentes esferas de governo, assim como, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

O município de Campo Alegre - AL dispõe de três Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que ofertam esse tipo de serviço, no Distrito Sede - Centro, Povoado Chã da Imbira e no Distrito Luziápolis, tendo como meta atender 510 usuários, entre crianças, adolescentes e idosos, organizados em grupos de acordo com sua faixa etária. Em dezembro de 2019, o município atendeu 610 usuários ultrapassando a meta estabelecida de participação no Serviço.

Esse serviço prioriza o atendimento nas seguintes situações: em situação de trabalho infantil ou dele retirado; fora da escola ou com defasagem superior a 2 anos; em situação de isolamento; com vivência de violência e/ou negligência; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; e vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. Vale ressaltar que esses centros são referenciados por dois CRAS (Campo Alegre e Luziápolis).

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Mais um dos serviços da proteção social básica é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADASTRO ÚNICO). Ele tem sido uma das principais ferramentas para o acesso aos programas, serviços e benefícios no município. Os dados de dezembro/2019 nos apresentaram o quantitativo de 9.783 famílias cadastradas e 22.660 pessoas cadastradas, dessas 8.850 pertencem a faixa etária de 0 a 17 anos. Em relação especificamente ao Programa Bolsa Família o município possui 6.959 crianças ou adolescentes beneficiários, sendo 6135 de 0 a 15 anos e 824 de 16 e 17 anos.

Complementando os serviços e programas acima descritos, há ainda os Benefícios Eventuais, que no município de Campo Alegre foram regulamentados pela Lei Municipal n.º 894, de 2018, e vêm sendo importantes aliados no enfrentamento às situações de extrema pobreza e/ou vulnerabilidade social.

Já a Proteção Social Especial refere-se a serviços mais especializados, destinados a pessoas em situações de risco pessoal ou social, de caráter mais complexo, por se tratar de situações de violação de direitos. O principal equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade é o Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, que possui uma unidade no Centro da Cidade.

Os Serviços que podem ser ofertados pelo CREAS de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.

Em dezembro de 2018, através da articulação do Ministério Público do Estado de Alagoas por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, os municípios de Campo Alegre, Teotônio Vilela, Anadia, Belém, Coité do Noia, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Tanque D'arca e Taquarana, implantaram 2 Abrigos institucionais regionalizados com sede nos municípios de Campo Alegre e Teotônio Vilela.

Em Campo Alegre, o Abrigo está localizado no Distrito Luziápolis, e no dia 12 de dezembro de 2018 foi aprovada a Lei Nº 903, que passou a regulamentar o serviço no

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

município, contando com a institucionalização de adolescentes. Dessa forma, a modalidade de Abrigo institucional regional passou a substituir a modalidade Casa Lar municipal.

Portanto, o Abrigo Regional apresenta-se como o principal equipamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município, atendendo atualmente 16(dezesseis) adolescentes e 3(três) crianças. Os dados abaixo caracterizam os equipamentos e serviços ofertados pela rede socioassistencial encontrados no território. Podemos destacar que no município estão presentes equipamentos nas duas esferas de proteção, básica e especial. Além disso, conta com os órgãos de garantia de direitos: Conselhos Tutelares (Sede e Distrito Luziápolis), Ministério Público, Poder Judiciário e Polícia Civil.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Equipamento: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
SERVIÇOS • Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF • Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV
Equipamento: Cadastro Único
SERVIÇOS • Cadastro Único • Programa Bolsa Família
Equipamento: Benefícios Eventuais
SERVIÇOS • Programa Bolsa Alegre • Auxílio Natalidade • Auxílio Funeral • Emissão de Documentação Básica • Aluguel Social • Cestas Básicas
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
Equipamento: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
SERVIÇOS • Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos • Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
Equipamento: Abrigo Regional
SERVIÇO
Serviço de Acolhimento Institucional
ÓRGÃOS DE GARANTIA DE DIREITOS
- Conselho Tutelar - Ministério Público - Poder Judiciário - Polícia Civil

Comentado [R1]: POLÍCIA MILITAR?

3.1.2 INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DE DIREITOS

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS define como objetivos da Assistência Social a Proteção Social, a Vigilância Socioassistencial e a Defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais, e em relação a criança e o adolescente foi instituído em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que traz em seu bojo a previsão de diversas garantias legais, entre eles: Vida e Saúde; Liberdade, Respeito e Dignidade; Convivência Familiar e Comunitária; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Profissionalização e proteção no trabalho; compreendidos como direitos fundamentais das crianças e adolescentes que devem ser garantidos mediante políticas sociais públicas que permitam o pleno desenvolvimento humano.

Identificamos no município como uma das principais formas de violência contra crianças e adolescentes, o trabalho infantil que é entendido segundo o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, como atividades econômicas e/ou, atividades de sobrevivência, com ou sem fins lucrativos, com remuneração ou não, que são realizadas por crianças ou adolescentes menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional, e de acordo com o que está disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da CF/88.

Com base nos dados apresentados pelo Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil e da Violência contra Crianças e Adolescentes de Campo Alegre – AL foi possível identificar no ano de 2018, 1(um) caso de abandono escolar devido o trabalho infantil e na saúde

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

nenhum caso foi notificado. Já os Conselhos Tutelares identificaram 75 casos de trabalho infantil na feira livre do município, os quais foram encaminhados ao CREAS.

Além dos casos de trabalho infantil o CREAS atendeu outras situações de violação de direitos:

Distribuição dos usuários dos serviços e programas de proteção especial existentes no município que já sofreram violações de direitos, segundo o tipo violação

Tipo de violação	Usuários	
	N	%
a) Maus-tratos: violência física ou psicológica, abandono, negligência	96	61,54
b) Crianças ou adolescentes autores de ato infracional	1	0,64
c) Violência sexual: exploração sexual comercial de crianças ou adolescentes	0	0,0
d) Violência sexual: abuso sexual intrafamiliar ou extrafamiliar (sem fins comerciais)	12	7,7
e) Crianças ou adolescentes envolvidos com o consumo ou dependência de álcool e drogas	22	14,10
f) Trabalho ilegal de adolescentes	0	0,0
g) Crianças ou adolescentes sem acesso à escola ou excluídas da escola	0	0,0
h) Trabalho Infantil	8	5,13
i) Crianças ou adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas	2	1,28
j) Outros: Homofobia	3	1,92
k) Outros:	0	0,0
l) Outros:	0	0,0
m) Outros:	0	0,0
n) Usuários sem notificação, registro ou informação de violação de direito	12	7,7
Total	156	

Conforme observado diante dos casos atendidos no ano de 2023 pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, pôde-se observar que dos 443 atendimentos realizados no ano, entre Sede do município, Distrito de Luziápolis e Povoado Chã da Imbira (serviço ofertado no Multissetorial implantado em 2023) as violações de direitos com maior incidência no município são Maus-tratos: violência física ou psicológica,

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

abandono, negligência, com mais 45% dos casos, seguido de Violência física/psicológica (infra e extra familiar). Observa-se ainda que há esforços no sentido de implantação de atividades mais específicas no tocante a estes dois tipos de violação de direitos, porém não tem sido suficiente, uma vez que os números demonstram a fragilidade dos órgãos governamentais atuantes no município. Um ponto positivo e de grande relevância a ser destacado é a ampliação da oferta do serviço para a zona rural (maior povoado do município), com atendimento garantido semanalmente às quintas-feiras com revezamento de técnicos do CREAS. Tratando sobre pontos negativos, há que se ressaltar que a equipe técnica é reduzida, contando apenas com Assistente Social e Psicólogo, fazendo necessário em muitas das vezes a orientação socio jurídica, evidenciando a necessidade de contratação de um advogado, ainda tratando sobre pontos negativos, pode discorrer sobre a necessidade de um transporte de uso exclusivo para atender as demandas que necessitam de abordagem e visitas domiciliares. Hoje o CREAS conta com a utilização de dois dias do carro que é disponibilizado para secretaria Municipal de Assistência Social.

Sobre pontos positivos, pode-se destacar a inclusão do uso contínuo do SIPIA por parte das entidades de proteção social especial no município, tendo havido capacitação para o uso e habilitação de senha de acesso para os CRAS e CREAS, tanto no que diz respeito aos encaminhamentos, quanto as devolutivas com contra referência.

Das duas instituições não governamentais que desenvolvem ações com crianças e adolescentes no município, apenas uma relatou ter um olhar e objetivo mais voltado para o acolhimento de crianças e adolescentes que tenham histórico de uso de álcool e drogas, mas mesmo assim, não é o foco principal da instituição.

No que diz respeito a modalidade de atendimento orientação e apoio sócio familiar, boa parte dos programas assinalaram como executando este serviço, mais ainda assim faz-se necessário um maior enfoque nesta modalidade, uma vez que podemos considerar a família como o núcleo de onde partem as principais ferramentas para que possamos atingir a redução de índices relacionados a crianças e adolescentes; ações voltadas ao cuidado da família com suas crianças e adolescentes, uma sensibilização para mostrar o quanto importante é que a família esteja engajada nas ações que proporcionem melhoria na qualidade de vida de crianças e adolescentes, bem como na garantia do acesso ao menos dos direitos básicos, que como podemos ver quase sempre são violados.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

ETAPA 2: MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Esta etapa trata do levantamento de dados junto a diferentes agentes que atuam no SGDCA e na rede de atendimento, com o objetivo de mapear os problemas que atingem as crianças e adolescentes no município, em especial o Conselho Tutela, órgão que registra situações de violação de direitos e desenvolve percepções que são fonte de informação indispensável para o diagnóstico.

Trata-se, então, de coletar dados e informações e ir construindo, uma visão geral sobre a incidência de ameaças e violações de direitos, e sobre a distribuição territorial desses fenômenos.

Essa será uma etapa importante para o fortalecimento do trabalho em rede, pois permitirá a formação de visões compartilhadas sobre os problemas que atingem as crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, deve-se avaliar a qualidade das informações disponíveis e sua capacidade para oferecer uma visão fidedigna e abrangente da realidade local¹⁰.

Conselho Tutelar

A análise dos dados de violação dos direitos de crianças e adolescentes oriundos dos atendimentos do Conselho Tutelar no município de Campo Alegre/AL traz à tona um cenário descritivo e multifacetado desses problemas. Com um total de 321 violações de direitos identificados pelo Conselho Tutelar ao longo do ano, este levantamento busca detalhar as diversas dimensões das violações ocorridas ao longo do ano de 2023, abrangendo aspectos como idade, sexo, perfil dos agentes violadores e distribuição dos casos ao longo do ano. Além disso, são discutidos os encaminhamentos realizados, a requisição de serviços públicos, as medidas aplicadas tanto às crianças e adolescentes quanto aos seus responsáveis, e os casos de reincidência.

Cada seção do relatório tem como objetivo não apenas a exposição dos dados, mas também a compreensão das dinâmicas envolvidas nas violações dos direitos, visando a identificação de padrões e a proposição de intervenções mais eficazes. Ao final, a análise

¹⁰ Fonte: Guia para Diagnóstico e Formulação da Política Municipal de Proteção Integral das Crianças e Adolescentes

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

busca contribuir para a formulação de políticas públicas mais robustas, que possam garantir a proteção integral de crianças e adolescentes no município.

PARTE I- Violação de direito por faixa etária e agente violador, por faixa etária, por agente violador, por sexo, incidência de casos, incidência por sexo

Tabela 1- Percentual de violação de direito por faixa etária e agente violador

FAIXA ETÁRIA	MÃE	PAI	PESSOA FÍSICA	PADRASTO	CR.AD.VIOL.PROPRIO DIREITO	N/I	ESCOLA	IRMÃOS
0-4	25.86	2.49	0.31	0.00	0.00	0.93	0.31	0.00
5-8	17.76	4.67	0.62	0.00	0.00	0.31	0.31	0.00
9-12	13.08	1.56	3.43	1.87	2.18	1.87	0.00	0.00
13-17	3.74	6.54	4.98	0.00	4.05	1.56	0.31	1.56

Na faixa etária de 0 a 4 anos, a maior parte das crianças é registrada sob a responsabilidade das mães (25,86%), com uma pequena porcentagem (2,49%) atribuída aos pais. A presença de outros responsáveis, como pessoa física ou padrasto, é mínima, enquanto a categoria “não informado” (N/I) representa 0,93%, indicando uma falta de informação em uma fração das ocorrências.

Para a faixa etária de 5 a 8 anos, a responsabilidade materna ainda predomina, com 17,76%, mas os pais começam a apresentar uma representação um pouco mais significativa (4,67%). A presença de pessoas físicas e padrastos continua a ser relativamente baixa, com valores de 0,62% e 0%, respectivamente. Além disso, observa-se uma diminuição na porcentagem de registros sem informações, reduzindo para 0,31%.

Na faixa etária de 9 a 12 anos, a distribuição das responsabilidades torna-se um pouco mais diversificada. A porcentagem de crianças sob a responsabilidade das mães diminui para 13,08%, enquanto a responsabilidade dos pais continua baixa (1,56%). A participação de outros responsáveis, como pessoa física e padrasto, aumenta ligeiramente, com 3,43% e 1,87%, respectivamente. Essa faixa etária também apresenta uma proporção significativa de registros com violência, representados pela coluna "CR.AD.VIOL.PROPRIO DIREITO", com 2,18%. Além disso, um dado interessante é a representação das crianças sem informações sobre seus responsáveis, que permanece em 0%.

Para a faixa etária de 13 a 17 anos, a distribuição é mais equilibrada entre os responsáveis. As mães continuam com a maior porcentagem de responsabilidade (3,74%),

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

mas a participação dos pais (6,54%) é mais expressiva. A pessoa física apresenta uma representação significativa (4,98%), enquanto os padrastos continuam com um valor nulo. A coluna de violência contra a criança também apresenta uma porcentagem relevante de 4,05%, indicando que, nessa faixa etária, o enfrentamento de situações de violência começa a ser mais recorrente. O percentual de crianças sem informações ou que estão com irmãos como responsáveis é de 0,31% e 1,56%, respectivamente.

Essa análise mostra um padrão em que a responsabilidade das mães se mantém predominante, mas a participação dos pais e outros responsáveis, como padrastos e pessoas físicas, varia conforme a faixa etária. Além disso, observa-se que, à medida que as crianças envelhecem, a incidência de registros relacionados a violência aumenta, especialmente entre adolescentes mais velhos.

Tabela 2- Percentual de violação de direito por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	nº	%
0-6	148	46,11
7-11	62	19,31
12-17	111	34,58
Total	321	100

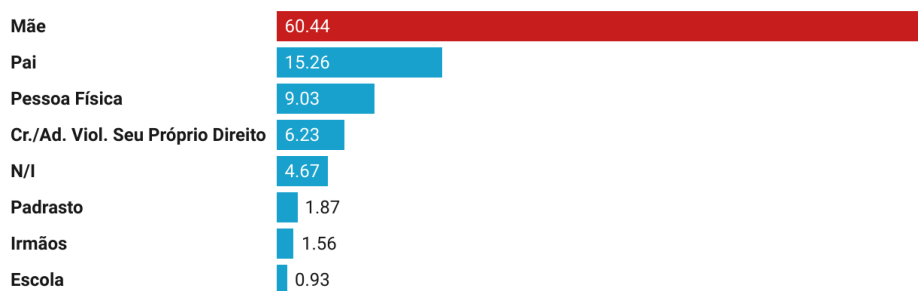
A faixa etária de 0 a 6 anos apresenta a maior porcentagem, com 46,11% dos casos de violação de direitos, o que indica que, nessa fase inicial da infância, as crianças estão mais vulneráveis a violações. Em seguida, a faixa de 12 a 17 anos aparece com 34,58%, o que sugere que, embora a incidência seja considerável, há uma queda significativa em comparação com a faixa de 0 a 6 anos. Por fim, a faixa etária de 7 a 11 anos representa 19,31% dos casos, sendo a faixa com o menor percentual de violação. Esse dado sugere que, apesar de também haver registros de violação, a faixa intermediária parece apresentar uma taxa relativamente mais baixa.

No total, somando todas as faixas etárias, foram registrados 321 casos de violação de direitos, com uma grande concentração nas faixas mais jovens, particularmente na faixa de 0 a 6 anos.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Gráfico 1- Percentual de violação de direito por agente violador



A análise dos dados sobre os agentes violadores revela que a mãe sendo responsável pela maior parte das violações de direitos, representando 60,44% do total de casos, ou seja, 194 ocorrências. Isso demonstra uma realidade em que o papel da mãe, em muitas situações, está ligado diretamente a situações de negligência ou abuso, indicando a necessidade de uma maior atenção às condições de vida e ao suporte familiar nessas circunstâncias.

Em segundo lugar, o pai é identificado como responsável por 15,26% dos casos, com 49 registros, o que ainda representa uma porcentagem significativa, mas bem inferior à das mães. Essa diferença pode refletir a dinâmica familiar, onde, muitas vezes, as mães assumem a maior parte dos cuidados e responsabilidades, mas também é um indicativo de que há uma parcela considerável de violação por parte dos pais.

Outros agentes violadores incluem pessoas físicas, que correspondem a 9,03% dos casos (29 ocorrências), o que pode indicar abusos cometidos por terceiros fora do círculo familiar imediato. A categoria "Cr./Ad. Viol. Seu Próprio Direito" registra 6,23% (20 casos), sugerindo que algumas crianças e adolescentes, por diversas razões, podem se envolver em situações de autoviolação ou violação de seus próprios direitos.

Ainda há uma parcela com "N/I" (Não Informado), que representa 4,67% dos casos, ou 15 registros. Isso pode ser resultado da falta de clareza nas investigações ou da omissão de informações sobre o agente violador. O padrasto é responsável por 1,87% dos casos, com 6 registros, o que, embora menor, ainda é significativo. Já os irmãos aparecem em 1,56% das ocorrências (5 casos), e a escola é mencionada em 0,93% (3 registros), sugerindo que, embora a escola tenha um papel fundamental na identificação e notificação

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

de abusos, sua responsabilidade direta é bem menor comparada a outros agentes violadores.

Gráfico 2- Percentual de violação de direito por sexo



O sexo feminino representa 51,4% dos casos, com 165 registros, destacando-se como o grupo mais afetado pelas violações de direitos. Esse dado mostra a necessidade de políticas públicas e ações de proteção mais intensas para as meninas e mulheres, que muitas vezes estão expostas a situações de vulnerabilidade e abuso.

Em segundo lugar, o sexo masculino aparece com 46,73%, totalizando 150 ocorrências. Embora a diferença em relação ao sexo feminino não seja tão significativa, ela ainda indica uma alta incidência de violações também no público masculino, refletindo que os meninos e homens também estão vulneráveis a abusos e necessitam de atenção específica.

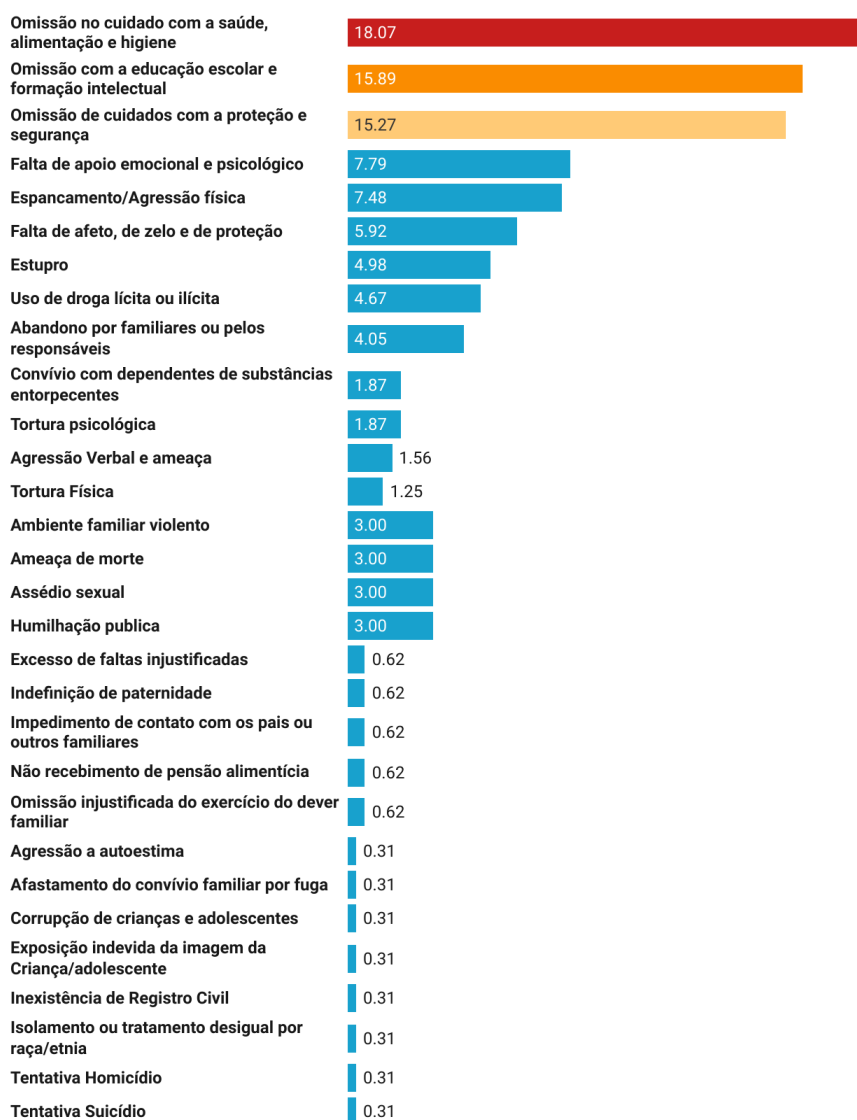
O número de casos envolvendo indivíduos trans é consideravelmente menor. O trans feminino é mencionado em 0,93% dos casos, com 3 registros, e o trans masculino aparece em 0,31%, com 1 ocorrência. Esses números sugerem que, embora a população trans esteja em uma situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, marginalizada, a violação de direitos nesse grupo específico não é tão prevalente quanto nos casos de indivíduos cisgêneros. No entanto, é essencial que a sociedade e as políticas públicas estejam cada vez mais atentas às questões de violência e discriminação que afetam a comunidade trans.

Por fim, há uma pequena porcentagem de dados não informados, com 0,62% (2 registros), indicando uma possível lacuna na coleta de informações ou falta de clareza quanto ao sexo dos envolvidos.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Gráfico 3- Percentual de violação de direito por incidência de casos



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

A maior parte dos casos está relacionada à omissão no cuidado com a saúde, alimentação e higiene, que representa 18,07% dos registros. Essa violação reflete a falta de atenção básica e necessária para garantir o bem-estar físico e emocional das crianças e adolescentes, o que pode gerar sérios impactos no seu desenvolvimento.

Em seguida, com 15,89%, aparece a omissão com a educação escolar e formação intelectual, outro fator crucial para o desenvolvimento pleno de qualquer criança. Essa negligência em relação à educação pode comprometer as oportunidades futuras desses indivíduos e acentuar desigualdades sociais.

A omissão de cuidados com a proteção e segurança é a terceira violação mais recorrente, com 15,27%. Isso evidencia a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em situações em que não são adequadamente protegidos, podendo estar expostos a riscos de violência e abuso.

Outras formas de violação incluem a falta de apoio emocional e psicológico (7,79%) e o espancamento/agressão física (7,48%), que revelam a importância de um ambiente familiar que proporcione não apenas o cuidado físico, mas também suporte emocional. A ausência desses cuidados pode levar a sequelas psicológicas de longo prazo.

Com percentuais menores, outras violências, como o estupro (4,98%), uso de drogas lícitas ou ilícitas (4,67%) e abandono por familiares ou responsáveis (4,05%), também são preocupantes. Esses números evidenciam a gravidade de situações de abuso sexual, consumo de substâncias e desamparo familiar, que exigem intervenção imediata das autoridades e apoio especializado.

Embora os dados apresentem uma diversidade de formas de violação, com categorias como tortura psicológica (1,87%) e agressão verbal e ameaça (1,56%), há também casos mais raros de violações graves, como tentativas de homicídio e suicídio (0,31%). Essas ocorrências sublinham a extrema necessidade de garantir a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, prevenindo que situações tão graves se repitam.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Tabela 3- Percentual de violação de direito por incidência e sexo

VIOLAÇÃO	% FEMININO	% MASCULINO
Não recebimento de pensão alimentícia	0.00	1.33
Omissão com a educação escolar e formação intelectual	15.76	16.00
Omissão de cuidados com a proteção e segurança	12.73	17.33
Omissão injustificada do exercício do dever familiar	0.61	0.67
Omissão no cuidado com a saúde, alimentação e higiene	13.94	22.00
Tentativa Homicídio	0.61	0.00
Tentativa Suicídio	0.00	0.67
Tortura Física	2.42	0.00
Tortura psicológica	0.61	3.33
Uso de droga lícita ou ilícita	4.85	4.00
Excesso de faltas injustificadas	1.21	0.00
Exposição indevida da imagem da Criança/adolescente	0.61	0.00
Falta de afeto, de zelo e de proteção	6.06	6.00
Falta de apoio emocional e psicológico	6.67	9.33
Humilhação pública	1.82	0.00
Indefinição de paternidade	1.21	0.00
Impedimento de contato com os pais ou outros familiares	0.61	0.67
Inexistência de Registro Civil	0.61	0.00
Isolamento ou tratamento desigual por raça/etnia	0.61	0.00

Os dados revelam diferenças significativas entre as violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes de acordo com o gênero, destacando padrões que merecem atenção específica para intervenções.

Entre as violações mais frequentes, tanto para o público feminino quanto masculino, a omissão no cuidado com a saúde, alimentação e higiene atinge um percentual maior entre os meninos (22%) do que entre as meninas (13,94%). O mesmo ocorre com a omissão de cuidados com a proteção e segurança, que representa 17,33% dos casos entre os meninos, enquanto nas meninas alcança 12,73%. Já a omissão com a educação escolar e formação intelectual apresenta proporções semelhantes, mas ainda um pouco mais elevada nos meninos (16%) em relação às meninas (15,76%).

Quando analisamos as situações de abuso físico, os meninos enfrentam percentuais ligeiramente maiores de espancamento ou agressão física (8%) em comparação às

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

meninas (7,27%). Por outro lado, o estupro é uma violação exclusiva do público feminino nos dados analisados, com 9,07% dos casos, evidenciando uma problemática grave que afeta de forma desigual os gêneros.

O impacto emocional também varia. A falta de apoio emocional e psicológico é mais frequente entre os meninos (9,33%) do que entre as meninas (6,67%), enquanto humilhações públicas (1,82%) e agressões verbais (3,03%) aparecem exclusivamente no público feminino.

Em relação a situações de convivência familiar e dependência, os dados mostram que os meninos apresentam maior exposição ao convívio com dependentes de substâncias entorpecentes (2,67%) do que as meninas (1,21%). Já o abandono por familiares ou responsáveis é mais frequente entre os meninos (5,33%) do que entre as meninas (3,03%).

Casos mais graves, como tortura física (2,42%) e tentativa de homicídio (0,61%), aparecem somente no público feminino. Em contrapartida, tentativas de suicídio (0,67%) e corrupção de crianças e adolescentes (0,67%) aparecem exclusivamente nos meninos, ainda que em proporções reduzidas.

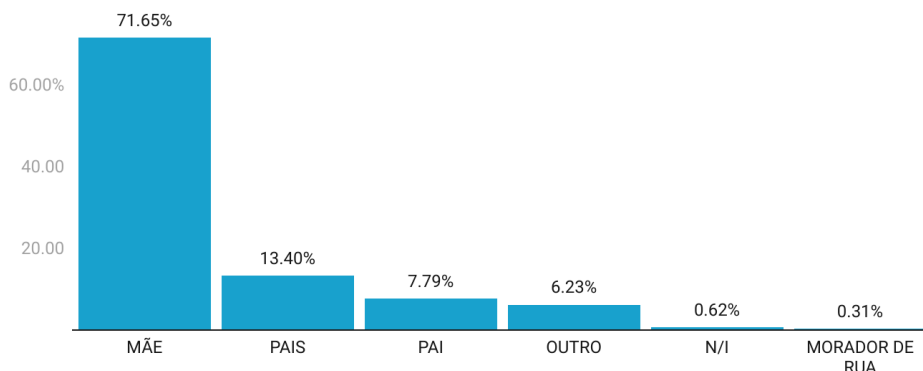
Embora algumas violações, como o uso de drogas lícitas ou ilícitas, apresentem percentuais equilibrados (4,85% no feminino e 4% no masculino), os dados gerais mostram padrões específicos de vulnerabilidade para cada gênero. Isso sugere a necessidade de estratégias de intervenção e proteção diferenciadas que considerem as particularidades das violações mais frequentes em meninas e meninos. A abordagem deve ser integrada, abrangendo tanto as dimensões emocionais quanto físicas e educacionais, para oferecer um suporte efetivo e reduzir a reincidência dessas violações.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

PARTE II- Violação de direito por companhia, por local de moradia, por local de ocorrência

Gráfico 4– Percentual de violação de direito por companhia



Os dados apresentados sobre as violações de direitos revelam que a maior parte dessas situações ocorre na companhia de pessoas próximas, com destaque significativo para as mães, que representam 71,65% dos casos registrados. Essa alta proporção sugere que, em muitos contextos, a figura materna, geralmente associada ao cuidado e à proteção, está envolvida diretamente ou está presente em situações de violação. Isso pode indicar tanto a perpetração quanto a omissão frente às ocorrências.

Na sequência, a categoria "pais", que pode incluir a presença conjunta de ambos os responsáveis, corresponde a 13,4% dos casos. Esse percentual sugere um contexto em que a dinâmica familiar pode estar contribuindo de forma significativa para a ocorrência das violações. Por outro lado, os registros envolvendo exclusivamente os pais representam 7,79%, reforçando a importância de analisar o papel paterno nessas situações.

Os casos associados à categoria "outro", que somam 6,23%, indicam a participação de pessoas que não se enquadram no núcleo familiar direto, como parentes distantes, vizinhos ou conhecidos. Essa diversidade de agentes demonstra que as violações não estão restritas ao ambiente doméstico e podem ocorrer em diferentes contextos sociais.

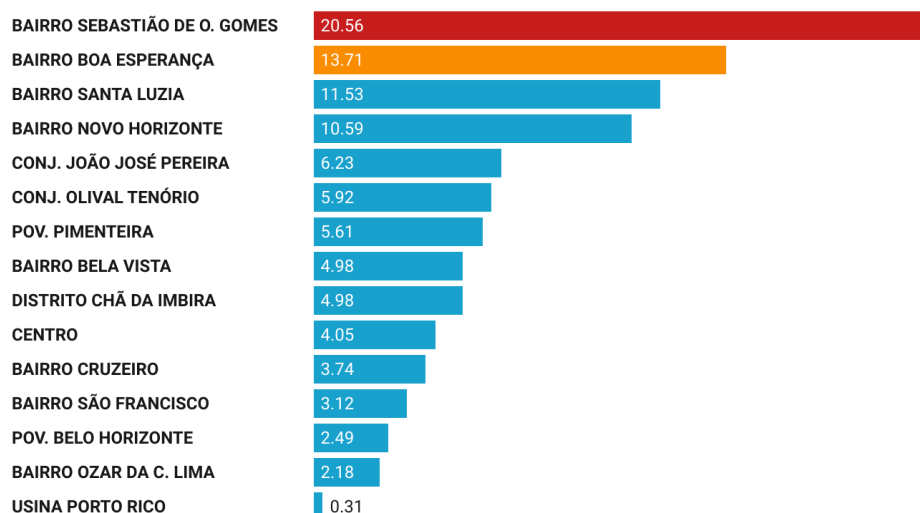
Já as ocorrências envolvendo pessoas em situação de rua, embora representem apenas 0,31%, destacam um cenário específico que exige atenção, pois envolvem vulnerabilidades extremas. Além disso, o percentual de 0,62% classificado como "não informado" aponta para a necessidade de melhorias nos registros para compreender completamente a dinâmica das violações.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Esses dados revelam que o ambiente familiar, especialmente na companhia de mães e pais, é o principal espaço associado às violações de direitos. Isso reforça a necessidade de políticas públicas focadas em intervenções dentro do núcleo familiar, abordando questões de proteção, orientação e suporte psicológico. A análise também sugere a importância de programas que ampliem a vigilância e a proteção em contextos comunitários e situações de rua.

Gráfico 5– Percentual de violação de direito por local de moradia



A análise dos dados referentes ao local de moradia revela uma concentração significativa de registros de violações de direitos em determinados bairros e comunidades, com destaque para o Bairro Sebastião de Oliveira Gomes, que responde por 20,56% dos casos. Esse alto percentual indica a necessidade de atenção especial a essa área, possivelmente devido a fatores como densidade populacional, vulnerabilidades socioeconômicas ou carência de políticas públicas efetivas.

O Bairro Boa Esperança ocupa o segundo lugar, com 13,71% dos registros, seguido pelo Bairro Santa Luzia, com 11,53%, e pelo Bairro Novo Horizonte, com 10,59%. Esses números reforçam que a maior parte das violações está concentrada em áreas urbanas específicas, sugerindo que intervenções localizadas nesses espaços poderiam ter um impacto significativo na redução das ocorrências.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

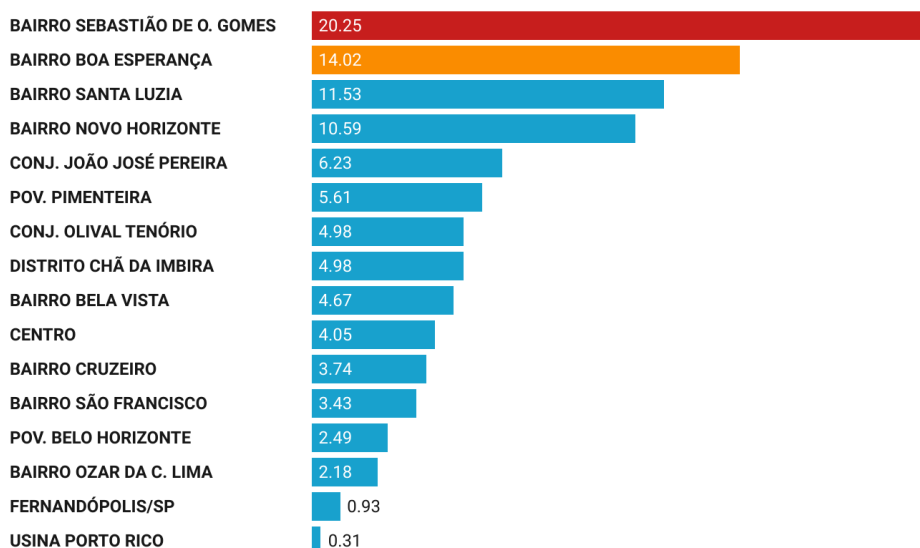
Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Os conjuntos habitacionais João José Pereira (6,23%) e Olival Tenório (5,92%), assim como o Povoado Pimenteira (5,61%), também apresentam índices consideráveis. Esses dados apontam para a importância de incluir comunidades menores e povoados no planejamento de ações preventivas e de suporte, evitando que fiquem à margem de políticas públicas.

Os bairros Bela Vista e o Distrito de Chã da Imbira, ambos com 4,98%, junto ao Centro (4,05%) e ao Bairro Cruzeiro (3,74%), mostram uma distribuição menor, mas ainda relevante, de violações. É interessante observar que, mesmo em áreas centrais, onde o acesso a serviços pode ser mais fácil, os casos não estão completamente ausentes, indicando que a localização geográfica nem sempre é o único fator de risco.

Outros bairros e localidades, como São Francisco (3,12%), Belo Horizonte (2,49%), Ozar da Costa Lima (2,18%) e a Usina Porto Rico (0,31%), possuem percentuais mais baixos, mas ainda assim demandam atenção, especialmente para evitar que problemas menores escalem ou sejam negligenciados por serem estatisticamente menos representativos.

Gráfico 6– Percentual de violação de direito por local de ocorrência



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

A análise dos dados referentes aos locais de ocorrência evidencia uma concentração significativa de casos em determinados bairros e localidades. O Bairro Sebastião de Oliveira Gomes aparece como o local com maior incidência, registrando 20,25% das ocorrências. Esse dado ressalta a necessidade de priorizar ações específicas nesse território, seja por meio de intervenções sociais, fortalecimento de políticas públicas ou campanhas educativas que visem reduzir as situações de vulnerabilidade.

O Bairro Boa Esperança ocupa o segundo lugar, com 14,02% das ocorrências, seguido pelo Bairro Santa Luzia, que apresenta 11,53%. Esses bairros, junto ao Bairro Novo Horizonte (10,59%), concentram mais da metade das ocorrências registradas, indicando que a maior parte dos casos está localizada em áreas urbanas específicas. Essa concentração sugere uma relação direta entre fatores socioeconômicos ou estruturais e a incidência das violações.

Outros locais como o Conjunto João José Pereira (6,23%) e o Povoado Pimenteira (5,61%) também demonstram percentuais relevantes, o que aponta a necessidade de estender as ações preventivas e de proteção a comunidades menores e áreas periféricas. O Conjunto Olival Tenório e o Distrito de Chã da Imbira, ambos com 4,98%, além do Bairro Bela Vista (4,67%), reforçam a importância de olhar para localidades com características semelhantes, onde a soma de desafios sociais e econômicos pode estar contribuindo para os índices registrados.

O Centro e o Bairro Cruzeiro, com 4,05% e 3,74%, respectivamente, evidenciam que, mesmo em áreas consideradas mais acessíveis, os problemas não são inexistentes, o que pode ser um indicativo de que a proximidade com serviços não garante, por si só, a mitigação de riscos. Por outro lado, bairros como São Francisco (3,43%) e Ozar da Costa Lima (2,18%) e localidades como Belo Horizonte (2,49%) apresentam números menores, mas ainda assim merecem atenção para evitar o agravamento de problemas já existentes.

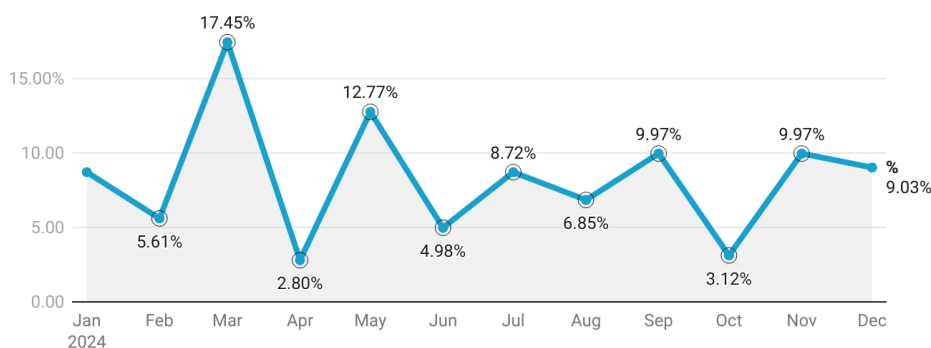
Casos registrados em locais mais distantes, como Fernandópolis/SP (0,93%), ou na Usina Porto Rico (0,31%), são exceções, mas reforçam que as violações de direitos não estão limitadas a áreas específicas. Isso aponta para a necessidade de uma abordagem que considere tanto as realidades urbanas quanto as rurais, assegurando que nenhum local fique desassistido.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

PARTE III- Violação de direito por período, por escolaridade, por categoria de direito violado e reincidência de casos

Gráfico 7- Percentual de casos por período



A análise da distribuição das ocorrências ao longo dos meses evidencia variações significativas que podem estar associadas a fatores sazonais, sociais ou econômicos. O mês de março destaca-se como o período com maior percentual de registros, representando 17,45% do total.

Maio, com 12,77%, aparece em segundo lugar, seguido pelos meses de setembro e novembro, ambos com 9,97%, o que sugere uma tendência de aumento em períodos próximos ao término do ano.

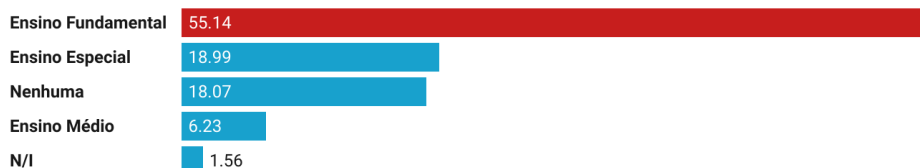
Janeiro e julho, ambos com 8,72%, apresentam percentuais equivalentes. Esses meses de férias escolares podem representar um período de maior convivência entre crianças e responsáveis, o que, em algumas situações, pode levar ao aumento de registros. Por outro lado, o mês de fevereiro (5,61%) e agosto (6,85%) apresentam percentuais intermediários, sugerindo relativa estabilidade nas ocorrências.

Os meses de abril (2,8%) e outubro (3,12%) possuem os menores índices registrados, o que pode estar relacionado a períodos de maior regularidade nas rotinas familiares e escolares. Entretanto, dezembro, com 9,03%, mostra um ligeiro aumento em comparação aos meses anteriores, possivelmente influenciado pelas dinâmicas de fim de ano, como festividades e encontros familiares, que podem intensificar situações de vulnerabilidade.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Gráfico 8- Percentual de casos por nível de escolaridade



A análise dos dados relativos ao grau de escolaridade das vítimas revela que a maioria, representando 55,14%, possui vínculo com o Ensino Fundamental. Esse dado reflete a faixa etária predominante dos casos, considerando que o Ensino Fundamental abrange uma parte significativa do período de escolarização obrigatória, compreendendo crianças e adolescentes. Essa predominância aponta para a necessidade de medidas que integrem as instituições de ensino ao combate às violações de direitos, já que a escola é um espaço central na vida dessas crianças.

Outro ponto de destaque é o percentual de 18,99% relacionado ao Ensino Especial. Esse dado reforça a vulnerabilidade de crianças e adolescentes com necessidades educacionais específicas, indicando a urgência de ações que garantam não só o acesso à educação, mas também proteção contra violações de direitos. Esse grupo enfrenta barreiras adicionais que podem agravar situações de negligência, violência ou exclusão social.

O percentual de 18,07% correspondente a vítimas sem nenhuma escolaridade também é preocupante. Isso pode refletir crianças muito jovens ou casos em que a exclusão educacional já é uma consequência direta das condições de vulnerabilidade vivenciadas. Além disso, o dado destaca a importância de políticas públicas que garantam o acesso à educação desde os primeiros anos de vida, como forma de prevenir violações e promover o desenvolvimento integral.

Os números referentes ao Ensino Médio (6,23%) revelam uma menor incidência de casos nessa faixa, o que pode estar relacionado tanto ao perfil etário quanto à evasão escolar de adolescentes em situações de risco. Já o percentual de 1,56% classificado como "não informado" (N/I) sugere lacunas na coleta ou registro de informações, indicando a necessidade de maior rigor nos processos de levantamento de dados para garantir a precisão nas análises.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Tabela 4- Percentual de violação por categoria de direitos violados

MEDIDA	nº	%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	233	72,59
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	66	20,56
DIREITO À VIDA E À SAÚDE	20	6,23
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	2	0,62
PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	0	0,00
Total	321	100

A análise dos dados sobre os direitos violados aponta que a maior parte das ocorrências, 72,59% (233 casos), está relacionada à violação do direito à convivência familiar e comunitária. Esse dado é extremamente significativo, pois revela a centralidade das relações familiares e comunitárias na vida das crianças e adolescentes, assim como a vulnerabilidade a que estão expostos em contextos de desestruturação ou conflitos nesses ambientes. A ausência de convivência familiar adequada pode acarretar sérias consequências para o desenvolvimento emocional e social dos indivíduos, exigindo ações voltadas à reestruturação dessas relações e à garantia de ambientes seguros e acolhedores.

O segundo direito mais frequentemente violado, com 20,56% (66 casos), refere-se à liberdade, respeito e dignidade. Esses números indicam situações de desrespeito às condições básicas de cidadania e proteção da infância e adolescência, o que pode incluir humilhações, agressões e tratamentos degradantes. Essa violação impacta diretamente a autoestima e o bem-estar psicológico das vítimas, reforçando a necessidade de campanhas educativas e ações de conscientização para prevenir esse tipo de violência.

Os casos relacionados ao direito à vida e à saúde correspondem a 6,23% (20 ocorrências). Apesar de representarem um percentual menor, essas violações possuem uma gravidade significativa, pois envolvem aspectos essenciais para a sobrevivência e o bem-estar físico. Situações como negligência nos cuidados de saúde, alimentação inadequada ou exposição a riscos iminentes são alguns dos fatores que podem contribuir para essa estatística, demandando intervenções mais incisivas das políticas públicas.

A violação de direitos ligados à educação, cultura, esporte e lazer aparece com apenas 0,62% (2 casos), enquanto nenhuma ocorrência foi registrada em relação à profissionalização e proteção no trabalho. Esses dados, apesar de baixos, não devem ser subestimados, pois a garantia de acesso a esses direitos desempenha um papel fundamental na formação integral de crianças e adolescentes, funcionando também como estratégia preventiva contra outras violações.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Tabela 5- Percentual de violação por reincidência de casos

MEDIDA	nº	%
Omissão no cuidado com a saúde, alimentação e higiene	4	28,57
Omissão de cuidados com a proteção e segurança	3	21,43
Omissão com a educação escolar e formação intelectual	2	14,29
Ambiente familiar violento	1	7,14
Espancamento/Agressão física	1	7,14
Falta de apoio emocional e psicológico	1	7,14
Tortura física	1	7,14
Tortura psicológica	1	7,14
Total	14	100

Os dados indicam que a omissão no cuidado com a saúde, alimentação e higiene representa o maior percentual de reincidência entre as violações analisadas, com 28,57% dos casos, correspondendo a 4 ocorrências. Esse dado ressalta a recorrência de negligência em aspectos fundamentais para o bem-estar físico e emocional de crianças e adolescentes, sinalizando a necessidade de intervenções mais eficazes para evitar que essa situação persista.

A omissão de cuidados com a proteção e segurança aparece em segundo lugar, com 21,43% (3 casos). Isso demonstra que muitos menores continuam expostos a ambientes de risco sem a proteção necessária, o que pode comprometer seu desenvolvimento e segurança. A reincidência de violações relacionadas à educação escolar e formação intelectual ocupa o terceiro lugar, com 14,29% (2 ocorrências), evidenciando desafios contínuos no incentivo à escolaridade e no acompanhamento das necessidades educacionais.

As demais categorias, como ambiente familiar violento, espancamento ou agressão física, falta de apoio emocional e psicológico, tortura física e tortura psicológica, apresentam cada uma um percentual de 7,14% (1 caso). Apesar do número relativamente menor, a reincidência em situações tão graves reflete a permanência de contextos familiares e sociais que não conseguem romper com ciclos de violência e abuso.

A totalidade das 14 ocorrências destaca a importância de uma abordagem sistemática e contínua no enfrentamento dessas violações, buscando estratégias que priorizem o acompanhamento das famílias reincidentes e promovam intervenções preventivas e educativas.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

PARTE IV- Encaminhamentos Especiais

Tabela 6 – Percentual de Encaminhamentos aos órgãos do Sistema de Justiça

SEXO	nº	%
DEFENSORIA PÚBLICA	9	16,36
MINISTÉRIO PÚBLICO	38	69,09
JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	0	0,00
POLÍCIA CIVIL	8	14,55
TOTAL	45	100

A análise dos dados apresentados revela que o Ministério Público foi o órgão do Sistema de Justiça mais acionado nos encaminhamentos realizados, respondendo por 69,09% dos casos, o equivalente a 38 ocorrências. Esse alto percentual reflete o papel central do Ministério Público na proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, demonstrando que, em grande parte das situações, é considerado o canal mais adequado para a tomada de medidas legais.

A Defensoria Pública, com 16,36% dos encaminhamentos (9 casos), aparece em segundo lugar. Sua atuação se destaca por fornecer assistência jurídica gratuita às famílias ou responsáveis que necessitam de apoio para defender seus interesses ou responder às demandas oriundas das denúncias. Apesar de ser menos acionada em comparação ao Ministério Público, sua presença é essencial para assegurar o acesso à justiça.

A Polícia Civil recebeu 14,55% dos encaminhamentos, o que corresponde a 8 casos. Isso aponta para situações em que houve necessidade de investigação ou registro formal de ocorrências, como em casos de violência ou outras violações que requerem procedimentos investigativos mais aprofundados.

Curiosamente, não houve registros de encaminhamentos para a Justiça da Infância e Juventude, indicando que, neste contexto, as situações tratadas não demandaram diretamente medidas judiciais específicas relacionadas ao público infantojuvenil. E

Com um total de 45 casos analisados, os dados reforçam a importância da integração entre os diferentes órgãos do Sistema de Justiça para lidar com as diversas situações de violação de direitos.

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL**

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

PARTE V- Aplicação de medidas aplicadas à crianças/adolescente e medidas aplicadas aos pais/responsáveis

Tabela 7- Percentual de Medidas aplicadas á crianças/adolescentes

MEDIDA	nº	%
Orientação, apoio e acompanhamento temporário	78	72,9
Requisição de tratamento psicológico em regime hospitalar ou ambulatorial	1	0,93
Acolhimento institucional (abrigo em entidade)	19	17,7 6
Encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade	4	3,74
Inclusão em programa oficial/comunitário de auxílio à criança e ao adolescente	1	0,93
Inclusão em programa oficial/comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômano	3	2,8
Matrícula em estabelecimento oficial/comunitário de ensino fundamental	2	3,08
Total	107	100

A análise dos dados presentes na Tabela 7 sobre as medidas aplicadas às crianças e adolescentes revela que a principal ação adotada foi a orientação, apoio e acompanhamento temporário, com um percentual de 72,9%, representando 78 casos. Essa medida reflete a abordagem preventiva e de apoio imediato, destacando a importância de ações voltadas para o acompanhamento contínuo, a fim de garantir o bem-estar das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sem a necessidade de intervenções mais drásticas.

A medida de acolhimento institucional, com 17,76% (19 casos), foi a segunda mais aplicada, evidenciando a utilização de abrigo em entidades para casos em que o ambiente familiar não oferece condições adequadas para o desenvolvimento da criança ou adolescente. Essa medida é geralmente adotada quando há risco imediato à segurança ou saúde do menor, e é uma ação importante para garantir a proteção temporária.

O encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade obteve 3,74%, o que corresponde a 4 casos. Essa medida é menos frequente, indicando que, na maioria das situações, a intervenção necessária foi mais incisiva, como o acompanhamento ou o acolhimento institucional. Ela representa uma tentativa de resolver a situação dentro da família, com compromissos assumidos formalmente.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Outras medidas menos frequentes, como a requisição de tratamento psicológico em regime hospitalar ou ambulatorial (0,93%), o inclusão em programa oficial/comunitário de auxílio à criança e ao adolescente (0,93%) e a inclusão em programa oficial/comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômano (2,8%) indicam a busca por abordagens especializadas e a consideração de tratamentos adequados às necessidades específicas de alguns casos.

Por fim, a matrícula em estabelecimento oficial/comunitário de ensino fundamental, com 3,08% (2 casos), também foi uma medida aplicada, mostrando a necessidade de garantir o direito à educação, especialmente em contextos onde esse acesso estava comprometido. O total de medidas aplicadas foi de 107, o que reforça a diversidade de intervenções possíveis, dependendo da situação de cada criança ou adolescente envolvido.

Tabela 8- Percentual de Medidas aplicadas aos pais ou responsável

MEDIDA	nº	%
Advertência	77	92,77
Inclusão em programa oficial/comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômano	5	6,02
Encaminhamento de filho ou pupilo a tratamento especializado	1	1,20
Total	83	100

A análise dos dados apresentados na Tabela 8 sobre as medidas aplicadas aos pais ou responsáveis revela que a advertência foi a medida mais frequentemente adotada, com 92,77% (77 casos) dos registros. Isso indica que, na grande maioria dos casos, a ação tomada foi uma orientação formal aos responsáveis, possivelmente com o intuito de conscientizá-los sobre as implicações das violações de direitos das crianças e adolescentes sob sua guarda. A advertência é uma abordagem mais suave, que visa sensibilizar os responsáveis, sem a imposição de medidas mais severas, o que sugere a busca por soluções preventivas e educativas para evitar futuras ocorrências.

Além disso, observamos que inclusão em programa oficial/comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômano foi aplicada em 6,02% dos casos (5 registros), o que aponta para a presença de situações em que os responsáveis enfrentavam problemas com dependência química, necessitando de intervenções que oferecessem suporte e tratamento adequado.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

Por fim, o encaminhamento de filho ou pupilo a tratamento especializado foi registrado em 1,20% dos casos (1 ocorrência), refletindo uma medida mais específica, adotada quando o acompanhamento especializado se faz necessário devido a questões mais complexas envolvendo os responsáveis.

PARTE VI- Requisições de Serviços Públicos e Encaminhamentos a Programas Sociais

Tabela 9 – Percentual de requisições de serviços Públicos

SERVIÇO	nº	%
Requisição de serviço social e previdência	7	17,95
Requisição de serviço de educação	1	2,56
Requisição de serviço de saúde	7	17,95
Requisição de serviço na área de segurança pública	24	61,54
Total	39	100

A análise dos dados da Tabela 9, que apresenta o percentual de requisições de serviços públicos, revela informações importantes sobre as necessidades mais demandadas em relação aos serviços solicitados. O serviço na área de segurança pública destaca-se com 61,54% (24 casos), indicando que a maior parte das requisições envolveu questões ligadas à proteção, segurança e intervenção das autoridades competentes. Isso sugere que, em muitos casos, as violações de direitos estavam associadas a situações de risco e violência, exigindo uma resposta imediata das forças de segurança.

Em seguida, temos os serviços de saúde e serviços sociais e previdência, que representam, respectivamente, 17,95% (7 casos) cada. Esses dados indicam que, além da segurança, houve uma necessidade considerável de apoio no que diz respeito ao bem-estar físico e psicológico das vítimas, e também à assistência social para garantir o acesso a direitos fundamentais, como benefícios previdenciários e sociais. A atenção à saúde reflete a preocupação com o cuidado das crianças e adolescentes que enfrentam condições adversas, enquanto a requisição de serviços sociais e previdenciários pode estar relacionada ao suporte a famílias em situação de vulnerabilidade.

Por fim, a requisição de serviço de educação foi registrada em apenas 2,56% (1 caso), o que representa uma demanda menor em comparação com os demais serviços. Isso pode indicar que, embora a educação seja um direito fundamental, as situações de

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

violação de direitos analisadas não estavam diretamente associadas à falta de acesso à educação formal

Tabela 10- Estatística de Encaminhamentos a Programas Sociais

PROGRAMA SOCIAL	nº	%
Bolsa Família	113	100
BPC	0	0,00
Total	113	100

A análise dos dados apresentados na Tabela 10, que detalha os encaminhamentos a programas sociais, indica uma forte concentração de encaminhamentos no programa Bolsa Família, que representa 100% das requisições (113 casos). Isso sugere que, em todas as situações analisadas, a única medida de assistência social aplicada foi o Bolsa Família, uma política pública voltada para a transferência de renda a famílias em situação de vulnerabilidade. Esse programa parece ter sido a principal estratégia utilizada para mitigar as condições de pobreza e promover o acesso a condições mínimas de sobrevivência para as famílias atendidas.

Por outro lado, o programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) não registrou nenhuma requisição, o que pode indicar que os casos analisados não se enquadraram nos critérios exigidos para o acesso a esse benefício, que é direcionado a pessoas com deficiência ou idosos em situação de extrema pobreza.

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE - AL**

Rua Bom Jesus, 61, Centro, Campo Alegre - Alagoas
Fone: (082) 3275 1191 – e-mail: cmdcacampoalegre@gmail.com

ETAPA 3

**PROPOSIÇÃO DE AÇÕES PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO E O
FORTALECIMENTO DO SGDCA**

Nessa etapa se propõe a apresentação das situações consideradas prioritárias segundo o grau de incidência, gravidade e necessidade de evolução ou qualificação do atendimento. A partir desta definição propor um rol de ações que a Política de Atendimento do Município deverá desenvolver para melhor defender e promover os direitos das crianças e adolescentes e das ações necessárias ao fortalecimento do SGDCA.

Ainda, com base em tais prioridades e propostas deve ser feito um processo de revisão de ações e diretrizes dos Planos Municipais em vigor no município.

Mediante análise dos dados o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Campo Alegre/AL estabeleceu as seguintes situações prioritárias:

Em fase de elaboração!